

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR N° 110 DE 21.08.2020

Publicação N° 2618741



#### ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

### LEI COMPLEMENTAR N° 110 DE 21.08.2020

#### DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA URBANA

##### Seção I Das Disposições Gerais

**Art. 1º** A presente Lei Complementar dispõe sobre a revisão do Plano Diretor Participativo de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei Complementar n° 0035, de 08 de dezembro de 2008, atendendo as disposições do art. 182 da Constituição Federal, bem como em observância aos princípios e diretrizes da Lei Federal n° 10.257/01 – Estatuto da Cidade e, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, sendo ele o instrumento básico norteador das ações que visem disciplinar a produção, o ordenamento e a gestão do território municipal, devendo ser respeitada tanto pelo poder público como pelo setor privado.

**Art. 2º** O presente Plano Diretor abrange a totalidade do território municipal e é parte integrante do processo de planejamento municipal e, conforme disposto no art. 40 do Estatuto da Cidade, deve ser orientativo para a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município.

**Art. 3º** O presente Plano Diretor deverá ser amplamente revisado e atualizado em um prazo máximo de 10 (dez) anos, a partir de um processo participativo, contínuo e permanente de avaliação e de controle, sempre pautado pelos princípios e diretrizes estabelecidos por ele e pelo Estatuto da Cidade.

*Parágrafo Único:* Toda legislação correlata e suplementar que venha a ser editada no Município de Chapadão do Lageado, deverá respeitar o conteúdo e as diretrizes estabelecidas no presente Plano Diretor e no Estatuto da Cidade.

##### Seção II Dos Princípios e Objetivos

**Art. 4º** São princípios fundamentais do Plano Diretor Participativo de Chapadão do Lageado:

I – garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;

II – promover a gestão democrática das políticas públicas e dos serviços públicos, por meio da participação popular;

III – buscar o desenvolvimento sustentável do município em todas as dimensões;

IV – incentivar a articulação de políticas de abrangência e de integração regional.

**Art. 5°** São objetivos do Plano Diretor Participativo de Chapadão do Lageado:

I – assegurar a oferta dos serviços de infraestrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, drenagem urbana, coleta de resíduos sólidos, energia elétrica e pavimentação, além dos equipamentos públicos e sociais necessários à população atual e futura de Chapadão do Lageado;

II – promover o desenvolvimento econômico do Município, dando suporte aos setores primário, secundário e terciário da economia;

III – incentivar a produção e a modernização do setor primário da economia, reservando-se áreas rurais para a agricultura e pecuária mais diversificada, evitando-se assim que o Município se torne dependente no seu abastecimento alimentício e dando condições ao agricultor de explorar, de forma racional e lucrativa, a propriedade rural;

IV – criar e disciplinar áreas industriais de acordo com os diversos níveis de interferência ambiental das indústrias, de maneira a obter facilidade de escoamento da produção, fácil ligação casa-trabalho, e evitar conflitos entre os usos industriais e residenciais;

V – organizar e fortalecer o setor terciário de Chapadão do Lageado, disciplinando as atividades comerciais e de prestação de serviços, através da ordenação do uso do solo, possibilitando assim o seu desenvolvimento equilibrado;

VI – otimizar o aproveitamento do potencial turístico do Município através do turismo ecológico-rural, da preservação cultural e ambiental e da implantação de equipamentos e infraestrutura turísticos;

VII – preservar as margens dos rios, as nascentes, os mananciais, as encostas, a fauna, evitando a urbanização da zona rural, das áreas com declividade acima de 30% e dos fundos de vale;

VIII – garantir a proteção e a preservação da paisagem natural e do patrimônio histórico e cultural do Município;

IX – promover a inclusão social, permitindo o acesso a melhores condições de infraestrutura, aos equipamentos sociais, à cultura e ao lazer na cidade, à moradia digna à população de baixa renda e a urbanização e regularização fundiária dos núcleos urbanos informais;

X – intensificar o uso das regiões bem servidas de infraestrutura e equipamentos, otimizando o seu aproveitamento, evitando dessa forma a dispersão da malha urbana e a ocupação nas áreas ambientalmente frágeis, de interesse ambiental e de risco;

XI – estabelecer uma hierarquia da estrutura viária integrada ao uso do solo, de forma a permitir a circulação rápida, segura e eficiente de pessoas e veículos;

XII – dotar o Município de Chapadão do Lageado de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro antes que os mesmos aconteçam, e ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;

XIII – garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, de forma a recuperar parte dos investimentos públicos que resultem na valorização dos imóveis urbanos;

XIV – articular e promover a integração e cooperação no âmbito Federal, Estadual e Regional com os municípios integrantes da Região do Alto Vale do Itajaí, no processo de planejamento e de gestão urbana e ambiental, nas questões de interesse comum;

XV – superar os problemas existentes, considerando os potenciais sociais, econômicos e ambientais que o município oferece;

XVI – garantir, tanto no presente, quanto no futuro, o uso democrático e sustentável dos recursos disponíveis;

XVII – tornar a cidade um benefício coletivo capaz de melhorar a qualidade de vida de moradores e usuários em geral.

### **Seção III** **Das Estratégias da Política de Ordenamento Territorial**

**Art. 6º** As estratégias de ordenamento territorial no município de Chapadão do Lageado são orientadas pelas seguintes diretrizes:

I – crescimento ordenado e integrado aos municípios do entorno;

II – descentralização e flexibilização das atividades produtivas;

III – desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

IV – ordenação e controle do uso e ocupação do solo de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos.

**Art. 7º** Para a realização das diretrizes da estratégia de ordenamento territorial devem ser adotadas as seguintes ações:

I – ordenar e disciplinar o crescimento da cidade;

II – garantir uma maior dinâmica viária e de acessibilidade para a diminuição dos deslocamentos e para a fluidez do trânsito;

III – implantar programas de incentivo à preservação dos imóveis de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico;

IV – utilizar de forma sustentável os recursos naturais do município, incentivando o turismo ecológico sustentável;

V – incentivar políticas de atração de atividades geradoras de emprego e de renda.

**Art. 8º** O processo de elaboração e de gestão da política de ordenamento territorial no Município de Chapadão do Lageado terá como princípio básico o respeito à ordem democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução, fiscalização e monitoramento.

## **CAPÍTULO II**

### **DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE**

#### **Seção I**

##### **Da Função Social da Cidade**

**Art. 9º** O Município de Chapadão do Lageado para garantir o cumprimento da função social da cidade, tanto na área urbana como na área rural, deve implantar os princípios, diretrizes e objetivos constantes do presente Plano Diretor, bem como aqueles contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e, ainda propiciar o acesso a todos os cidadãos à serviços públicos ou privados de qualidade e a equipamentos urbanos essenciais, principalmente à saúde e a educação, procurando ainda atender:

I – a promoção de uma justiça social e territorial a partir da redução das desigualdades socioespaciais;

II – ampliar o direito de acesso a terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, ao trabalho, à cultura, ao lazer e ao meio ambiente sustentável.

#### **Seção II**

##### **Da Função Social da Propriedade**

**Art. 10.** A propriedade tanto urbana como rural, cumpre com sua função social no Município de Chapadão do Lageado, quando atende às disposições e aos parâmetros contidos e estabelecidos pelo presente Plano Diretor e demais legislações correlatas e/ou suplementares, observando ainda os seguintes princípios:

I – ser utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como em respeito ao meio ambiente;

II – garantir o uso e a ocupação do solo sempre de forma compatível com a infraestrutura urbana e de serviços disponíveis;

III – assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS**



## **Seção I**

### **Das Diretrizes Gerais**

**Art. 11.** A Política de Planejamento Territorial do Município de Chapadão do Lageado é pautada pela integração das suas ações com as demais políticas públicas setoriais do município, sempre observando as características peculiares e suas especificidades, orientada pela descentralização das ações com o objetivo de promover a inclusão política, socioeconômica, espacial e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

**Art. 12.** A gestão integrada das diversas políticas públicas municipais observará as seguintes diretrizes:

I – articulação entre os vários conselhos municipais e suas políticas próprias, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de suas ações;

II – criação de mecanismos de participação popular e do exercício da democracia nos processos deliberativos de suas ações;

III – instituição de política de comunicação e divulgação das ações intersetoriais.

## **Seção II**

### **Da Política de Desenvolvimento Econômico**

**Art. 13.** A Política de Desenvolvimento Econômico deve estar pautada na integração com as demais políticas municipais e regionais, buscando a diversificação da base econômica e o aumento da oferta de trabalho e de geração de renda.

**Art. 14.** A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como objetivos:

I – incentivar e apoiar a atividade agrícola no município visando garantir melhores condições à permanência dos agricultores na área rural;

II – promover o manejo adequado do solo rural evitando a prática da monocultura;

III – fomentar e incentivar a instalação de novas atividades industriais e comerciais de base tecnológica adequada e de uso sustentável dos recursos naturais, visando à preservação do meio ambiente;

IV – incentivar o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento, como nova alternativa econômica para o município;

V – criar políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e do patrimônio cultural com investimentos que privilegiem a distribuição de renda e a ampliação da oferta de empregos;

VI – articulação no âmbito regional por meio de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrando a atividade agrícola, industrial, comercial, de lazer, turismo e de serviços;

VII – realizar parcerias e ações integradas com agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais.

**Art. 15.** Para atingir os objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, o município deverá promover as seguintes ações:

I – criar programas e políticas agrícolas, de maneira especial de incentivo à produção orgânica e à diversificação das culturas e da pecuária;

II – incentivar às iniciativas de produção e comercialização em forma de cooperativa e as estruturas familiares de produção;

III – promover e incentivar a implantação de agroindústrias visando agregar valor aos produtos agrícolas produzidos no município;

IV – implantar programas de assistência técnica permanente e capacitação aos agricultores com acompanhamento em cada comunidade;

V – atrair a atividade industrial, com ênfase para as micros, pequenas e médias empresas e de baixo impacto ambiental;

VI – implantar área industrial e criar programa de incentivos as empresas que queiram se instalar no município;

VII – incentivar à ampliação da oferta de produtos e serviços especializados no município;

VIII – criar programas de capacitação para a mão de obra dos munícipes;

IX – incentivar o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural, ecoturismo e Agroturismo como fontes geradoras de trabalho, emprego e renda.

### **Seção III**

#### **Da Política de Incentivo ao Turismo**

**Art. 16.** A Política Municipal de Incentivo ao Turismo busca a promoção e o incremento da atividade turística sustentável no Município de Chapadão do Lageado, pautada pelos seguintes princípios:

I – planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município de forma a desenvolvê-la em harmonia com a legislação federal e estadual aplicável, com a conservação dos ecossistemas locais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do patrimônio histórico e cultural local;

II – promover a conscientização dos diversos setores da administração pública municipal, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e da opinião pública a respeito do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo;

III – identificar e otimizar o potencial turístico do município mediante ações governamentais e apoio às iniciativas privadas e comunitárias;

IV – garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais, paisagísticos, históricos e culturais de uso turístico direto ou não, públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;

V – valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais, incorporando-os ao potencial turístico do município;

VI – fortalecer a cooperação interinstitucional entre os órgãos da administração pública municipal e a parceria com o poder público estadual e federal;

VII – possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos interessados na definição de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na região;

VIII – promover e estimular a capacitação de recursos humanos para a atuação no setor de turismo;

IX – promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade do turismo, dentro de parâmetros de desenvolvimento sustentável.

**Art. 17.** A Política Municipal de Incentivo ao Turismo será pautada pelas seguintes diretrizes:

I – incentivar o desenvolvimento do turismo no município, com ênfase ao Turismo Rural, o Agroturismo, o Ecoturismo e o Turismo Religioso;

II – promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infraestrutura turística;

III – promover e apoiar a comercialização dos produtos turísticos;

IV – promover e estimular o treinamento e a capacitação técnica e administrativa aos gestores, públicos e privados, na área do turismo;

V – formalizar roteiros de visitação turística, incorporando o potencial turístico existente;

VI – estimular e implementar melhorias paisagísticas, de sinalização turística e de infraestrutura básica nos principais corredores de acesso ao Município;

VII – promover os interesses comerciais do município, estimulando a organização de festivais, feiras, festas e demonstrações de artesanato, para que os visitantes possam ter mais informações sobre os produtos locais;

VIII – estabelecer ações abrangentes de divulgação do turismo, criando material informativo específico para as diversas áreas de destino;

IX – articular e promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município e os demais municípios da Região Turística Caminhos do Alto Vale para a criação de roteiros regionalizados.

**Art. 18.** O poder público municipal poderá elaborar o Diagnóstico Turístico e o Plano Turístico Municipal.

§1º O Diagnóstico Turístico é o instrumento por meio do qual o poder público qualifica o potencial turístico do município, inventariando os principais atrativos turísticos e os bens e serviços a eles relacionados, avaliando seu estado de conservação e sua capacidade de receber visitação, assim como delimita os principais atores sociais, as políticas e os aspectos políticos locais e regionais que afetam a atividade turística.

§2º Com base no Diagnóstico Turístico o município, em parceria com o Conselho Municipal de Turismo – CONTUR, elaborará o Plano Turístico Municipal que deverá orientar toda Política Municipal de Turismo e condicionará os incentivos fiscais municipais em obras e projetos relacionados ao turismo.

#### **Seção IV** **Da Política de Desenvolvimento Social**

##### **Subseção I** **Da Educação**

**Art. 19.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da educação no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover a expansão e a manutenção da rede pública de ensino, de forma a cobrir a demanda, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito;

II – promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, para atender à demanda em condições adequadas, cabendo ao Município o atendimento a educação pré-escolar e o ensino fundamental;

III – promover a melhoria da qualidade de ensino, criando condições para a permanência e a progressão dos alunos no sistema escolar;

IV – promover programas de integração entre a escola e a comunidade com atividades de educação, saúde e lazer;

V – implantar cursos técnicos e profissionalizantes, além de incentivar o acesso ao ensino superior através da implantação de programas de assistência estudantil;

VI – redimensionar a concepção pedagógica administrativa da gestão dos equipamentos e espaços escolares (biblioteca, laboratórios, salas de aula, pátios, quadras esportivas, materiais didáticos).

VII – articular e promover eventos e projetos locais no âmbito político-pedagógicos, com a realização de feiras, exposições e atividades esportivas e culturais;

VIII – viabilizar a ampliação da estrutura física e implantação de área de lazer coberta no CEEF Prof. Verna Passig do Centro;

IX – viabilizar a construção de edificação para abrigar a creche do centro e viabilizar a implantação de creches nas comunidades quando houver demanda;

X – viabilizar a renovação e a ampliação da frota de transporte escolar;

XI – prever a contratação de serviço de vigilância para as escolas municipais.

##### **Subseção II** **Da Saúde**

**Art. 20.** A Política Municipal de Saúde deverá ser implementada por meio de políticas públicas que elevem a qualidade de vida da população, assegurando a construção de uma cidade saudável com ampla garantia de cidadania.

**Art. 21.** A Política Municipal de Saúde, quando da adequação da rede pública, observará os seguintes princípios, desenvolvidos a partir daqueles firmados para o Sistema Único de Saúde:

- I – universalização da assistência à saúde a todos os cidadãos;
- II – garantia de um sistema de saúde igualitário, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- III – promoção da integralidade da assistência, entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso;
- IV – incentivo ao controle e à participação social nas ações da política de saúde;
- V – promoção da descentralização do sistema de saúde;
- VI – articulação de programas e de ações da política de saúde com as demais políticas do Município, em especial as políticas urbanas e ambientais.

§1º A gestão da Política Municipal de Saúde adotará o Estratégia Saúde da Família – ESF como modelo para a realização de serviços a serem prestados.

§2º As ações do sistema priorizarão o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, ambiental e sanitária, levando-se em consideração o perfil epidemiológico da população e as dimensões de gênero, etnia e faixa etária.

**Art. 22.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da saúde no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

- I – descentralizar o atendimento público à população através da implantação de unidades de saúde com consultórios e gabinete odontológico nas localidades de Rio Lageado e Figueiredo;
- II – ampliar o número de exames e consultas especializadas;
- III – ampliar o número de consultas médicas diárias oferecidas no município;
- IV – viabilizar a implantação de plantão médico de sobreaviso na unidade básica de saúde do Centro, estruturado com equipe multiprofissional para prestar atendimento a situações de urgência e emergência;
- V – renovar e ampliar a frota de veículos de atendimento a saúde do município;
- VI – ampliar os programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças;
- VII – disponibilizar profissional da educação física na unidade de saúde do Centro para auxiliar no tratamento dos pacientes e prevenção em saúde.

### **Subseção III**

#### **Da Assistência Social**

**Art. 23.** A Assistência Social, como política pública de seguridade não contributiva é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser realizada de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

**Art. 24.** A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos:

I – garantir a proteção ao cidadão que, por razão de incapacidade pessoal, social ou de calamidade pública, encontrar-se, temporária ou permanentemente, sem condições de manter padrões básicos e satisfatórios de vida;

II – promover a inserção produtiva e a autonomia econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade;

III – contribuir para inclusão e equidade dos usuários ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais;

IV – garantir a convivência familiar e comunitária;

V – integrar a Assistência Social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, do protagonismo e do convívio social;

VI – centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social;

VII – gestão municipal descentralizada e autônoma, que assegure a promoção da família, com igualdade de gênero e etnia;

VIII – participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social, por meio de conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa, de direitos da pessoa com deficiência, da mulher e de direitos humanos.

**Art. 25.** A Política Municipal de Assistência Social observará as seguintes diretrizes:

I – cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, com o Estado e com outros municípios;

II – promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência;

III – promover o acesso das pessoas com deficiência aos serviços regulares prestados pelo Município, mediante a remoção das barreiras arquitetônicas, de locomoção e de comunicação;

IV – fomento à elaboração de um diagnóstico social permanente do Município de Chapadão do Lageado, por meio de estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de

informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;

V – implementação dos programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência Social na promoção do convívio familiar e comunitário, da autonomia social e do desenvolvimento local;

VI – estruturar o setor de assistência social do município, melhorando o atendimento a comunidade e possibilitando a ampliação de programas sociais;

VII – implantar programas para capacitação e profissionalização, destinados as famílias de baixa renda;

VIII – implantar programas de combate ao uso de drogas;

IX – criar programas com temas: drogas, gravidez na adolescência, bullying e violências, em parcerias com as Secretarias da Saúde e Educação;

X – garantir a equipe técnica mínima para atendimento conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

#### **Subseção IV** **Da Política Municipal de Habitação**

**Art. 26.** A Política de Habitação do Município de Chapadão do Lageado deve ser orientada pelas ações do Poder Público e da iniciativa privada no sentido de facilitar o acesso da população à melhores condições de moradia, de modo que não somente a unidade habitacional seja ofertada, mas que também seja complementada através do fornecimento da infraestrutura básica e de equipamentos sociais adequados.

*Parágrafo Único.* A Política Municipal de Habitação está pautada nas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, na Política Nacional de Habitação de Interesse Social e visa promover o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

**Art. 27.** Constituem diretrizes setoriais para a Política Habitacional em Chapadão do Lageado:

I – cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, com o Estado e com outros municípios;

II – gestão municipal descentralizada e autônoma, que assegure a igualdade de gênero e etnia;

III – compatibilizar a demanda habitacional por faixas de renda;

IV – articular a política habitacional com as demais políticas setoriais.

**Art. 28.** Para a realização destas diretrizes setoriais, o município de Chapadão do Lageado deverá adotar as seguintes ações:

I – revisar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS em conformidade com a Lei Federal nº 11.124/05;

II – implantar programas de incentivo a implantação de unidades habitacionais para população de baixa renda, preferencialmente em áreas urbanas já consolidadas e dotadas de infraestrutura, evitando a criação de novos núcleos urbanos dissociados da malha urbana existente e dando-se preferência a produção de unidades isoladas ou de pequenos conjuntos;

III – criar Departamento, com equipe técnica adequada, para a efetivação das ações da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;

IV – implantar a Política Municipal de Regularização Fundiária, conforme previsto na Lei Federal nº 13.465/17.

## Seção V

### Da Política de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico

**Art. 29.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem incentivar à preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico do município, sendo dever de todos os cidadãos.

*Parágrafo Único.* O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico e cultural do município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.

**Art. 30.** O patrimônio histórico e cultural do Município é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação é de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, arquitetônico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

**Art. 31.** O Município de Chapadão do Lageado visando estimular à preservação e valorização da cultura local, da arquitetura e da memória, deverá adotar as seguintes diretrizes e ações estratégicas:

I – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do patrimônio histórico e cultural do município;

II – estimular e preservar a diversidade cultural existente no município;

III – valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio arquitetônico do município em especial aquelas identificadas por essa lei como Área de Especial Interesse Histórico e Cultural – AEIHC;

IV – manter e atualizar o cadastro dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico, estimulando sua preservação através de políticas e de programas específicos de incentivo à preservação;

V – viabilizar a implantação de um centro cultural para possibilitar e incentivar as manifestações culturais, exposição e venda de produtos artesanais e coloniais;

VI – viabilizar a criação de um museu histórico e a implantação de uma sede para a biblioteca municipal;

VII – possibilitar e incentivar a comercialização do artesanato e dos produtos coloniais municipais em festas do município e da região;



VIII – incentivar à organização dos grupos culturais existentes;

IX – garantir a participação da comunidade na formulação da política de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

**Art. 32.** Visando à consecução das diretrizes e das ações estratégicas da política de preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico em Chapadão do Lageado, poderão ser aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I – tombamento de bens materiais e imateriais;

II – criação do fundo municipal de cultura;

III – utilização do instrumento da transferência do direito de construir, conforme prevê o Estatuto da Cidade.

### Seção VI

#### Da Política do Esporte, Lazer e Recreação

**Art. 33.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento do esporte, lazer e recreação no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – consolidar o esporte, o lazer e a recreação como direito dos cidadãos e dever do Estado;

II – garantir o acesso universal e integral às práticas e equipamentos esportivos, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

III – implantar programas estruturantes de esporte e lazer voltados ao fortalecimento da noção de cidadania;

IV – viabilizar a implantação ou melhoria nas estruturas existentes para a prática de esporte e lazer em todas as comunidades do município;

V – viabilizar a ampliação e adequação do Ginásio de Esportes Roberto Sebold e a estruturação do Estádio Municipal Ilson Assis Kersbaum no Centro;

VI – viabilizar a estruturação do Parque Municipal Ipê Amarelo;

VII – viabilizar a estruturação da Praça da Fé.

### Seção VII

#### Da Política da Segurança Pública

**Art. 34.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a segurança pública no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – articular-se com as políticas regionais, estaduais e federais;

II – enfatizar a prevenção, sem, contudo negligenciar a repressão quando necessária;

III – promover a implantação descentralizada dos equipamentos necessários à melhoria das condições de segurança pública;

IV – promover programas de educação para o trânsito;

V – manter e, caso necessário, ampliar o efetivo policial da Polícia Civil e Militar no Município;

VI – manter profissionais capacitados para o manuseio do veículo para o combate de incêndios.

#### **Subseção I** **Da Proteção e Defesa Civil**

**Art. 35.** A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil compreende um conjunto de ações preventivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais ou causados pela ação do homem, bem como restabelecer a normalidade social.

**Art. 36.** São diretrizes da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I – promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem;

II – prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres;

III – atuar na iminência ou em situações de desastres;

IV – desenvolver parceria público/privada.

**Art. 37.** Para o cumprimento das diretrizes da Política de Proteção e Defesa Civil, deve-se:

I – implementar o Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

II – estruturar a Defesa Civil municipal, além de criar o cargo/função de Agente de Defesa Civil;

III – implantar sistema de monitoramento, alerta e alarme para as diversas situações de risco;

IV – fortalecer a participação popular na execução da Política de Proteção e Defesa Civil;

V – executar campanhas educativas preventivas, visando a redução/ minimização dos riscos de desastres;

VI – apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias científicas visando a prevenção de desastres;

VII – promover apoio logístico e assistencial à população atingida por desastre e reabilitar os serviços essenciais;

VIII – estudar as ameaças, o grau de vulnerabilidade, permitindo a avaliação, hierarquização e a definição das áreas de maior risco de desastres;

IX – implementar medidas estruturais e não-estruturais, visando a redução dos riscos de desastres.

### **Seção VIII**

#### **Da Política Municipal do Meio Ambiente**

**Art. 38.** A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida em todas as suas formas de expressão, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido tendo em vista o uso coletivo;

II – racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III – planejamento e fiscalização do uso e da conservação dos recursos naturais;

IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V – controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI – recuperação de áreas degradadas;

VII – educação ambiental em todos os níveis de ensino de competência municipal, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente no município;

VIII – garantir a participação popular na definição dos planos, programas, projetos, normas, padrões e critérios ambientais para o município, assim como na tomada de decisões que potencialmente afetem a qualidade do ambiente e da vida da população local;

IX – integrar e apoiar as ações regionais de conservação e de preservação ambiental, em especial àquelas contidas no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

**Art. 39.** A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivos:

I – cumprir a legislação ambiental vigente, em seus contextos municipal, estadual, federal e internacional;

II – a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

III – a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município, do Estado e da União;

IV – apoiar e cooperar na implantação efetiva de unidades de conservação no município e na fiscalização real de todos os remanescentes da Mata Atlântica;

V – a adoção, sempre que possível, de medidas preventivas, ou na sua impossibilidade, a imposição, ao poluidor/degradador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados independentemente da existência de culpa;

VI – aplicar as sanções ao não-cumprimento da legislação e dos padrões ambientais independentemente da obrigação de reparar o dano causado;

VII – manter a qualidade do abastecimento de água protegendo os mananciais do município.

**Art. 40.** Para realização desses objetivos, o Município de Chapadão do Lageado deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:

I – criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMDEMA com o objetivo de captar recursos do orçamento municipal ou de outras fontes públicas ou privadas, e destinar para ações de proteção do patrimônio ambiental do município;

II – promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, preservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

III – incentivar e fomentar o reflorestamento com espécies nativa ao longo dos cursos d'água e nascentes;

IV – auxiliar na implantação dos sistemas individuais de tratamento de esgoto;

V – melhorar o sistema de gestão de resíduos sólidos do município, incentivando a coleta seletiva de lixo e a reciclagem, bem como promover campanhas para a redução da geração de resíduos sólidos;

VI – conscientizar a população quanto ao uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras;

VII – orientar os agricultores para o manejo adequado do solo e ao manejo de corte;

VIII – definir em legislação municipal critérios para a localização de granjas de porcos e de galinhas, nas proximidades do perímetro urbano e nas aglomerações comunitárias;

IX – restringir reflorestamentos com espécies exóticas em grandes áreas;

X – elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana, contendo a definição das espécies e o porte das árvores a serem utilizadas.

### Seção IX

#### Da Política Municipal de Saneamento Básico

**Art. 41.** A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento do Município.

**Art. 42.** Para os efeitos desta lei considera-se saneamento o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento

sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

**Art. 43.** Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento de interesse local.

§1º A prestação de serviços públicos de saneamento no município poderá ser realizada por:

I – órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal ou estadual, na forma da legislação;

II – empresa, associação ou cooperativa a que se tenha concedido os serviços em conformidade com a legislação vigente.

§2º Os serviços de saneamento deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

**Art. 44.** A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas.

**Art. 45.** São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I – contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III – ação articulada, administrativa e financeira, com a União, com o Estado e outros municípios da Região;

IV – proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento;

VI – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

**Art. 46.** A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes e ações:

I – revisar periodicamente o Plano Municipal de Saneamento Básico de acordo com o previsto na Lei Federal nº 11.445/07;

II – adotar medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento;

III – integrar as políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV – prestar serviços públicos de saneamento orientados pela busca permanente da universalidade e qualidade;

V – adotar os indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento;

VI – promover programas de educação sanitária;

VII – garantir o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.

VIII – viabilizar a implantação de uma capela mortuária e de um cemitério municipal.

#### **Subseção I**

#### **Do Abastecimento de Água**

**Art. 47.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de água no município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – assegurar o abastecimento de água do município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;

II – assegurar a qualidade da água dentro dos padrões sanitários;

III – rever o convênio firmado com a companhia concessionária do serviço, de forma a assegurar oferta de água às demandas futuras, mediante viabilização de recursos para a ampliação da rede de distribuição de água para toda a área urbana;

IV – buscar mais pontos de captação de água;

V – incentivar projetos e programas que contemplem a reutilização da água.

#### **Subseção II** **Do Esgotamento Sanitário**

**Art. 48.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o esgotamento sanitário no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – viabilizar a implantação do sistema de esgotamento sanitário, conforme previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico;

II – incentivar o uso de sistema de tanques sépticos e filtros anaeróbios para o tratamento de rejeitos domésticos nas áreas desprovidas de redes de esgoto sanitário, principalmente na área rural do município;

III – fiscalizar a disposição final adequada do esgotamento sanitário das edificações no município, conforme previsto na legislação e normas técnicas pertinentes.

#### **Subseção III** **Da Drenagem Urbana**

**Art. 49.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a drenagem urbana no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover melhorias e ampliações no sistema de drenagem pluvial nas dimensões compatíveis com as áreas de contribuição, de forma a proteger os fundos de vale, evitando o aumento de áreas impermeabilizadas e favorecendo a conservação de recursos ambientais;

II – criar cadastro e desenvolver o plano de manutenção do sistema de drenagem pluvial.

#### **Subseção IV** **Dos Resíduos Sólidos**

**Art. 50.** O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o destino adequado dos resíduos sólidos produzidos no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover a articulação com os municípios vizinhos no tocante à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos;

II – assegurar a adequada prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos no município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;

III – manter o sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos na área rural do município;

IV – criar programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo;

V – incentivar a adoção do sistema de compostagem da matéria orgânica nas residências.

## **Seção X** **Da Política Municipal de Infraestrutura Física**

### **Subseção I** **Do Abastecimento de Energia Elétrica**

**Art. 51.** O Poder Público Municipal, em parceria com a Concessionária, promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de energia elétrica no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – ampliar a rede de abastecimento e melhorar a qualidade da energia elétrica fornecida ao município;

II – assegurar a expansão dos serviços de energia elétrica, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;

III – incentivar à adoção de formas de energias limpas (energia solar, biodiesel, energia eólica, etc);

IV – promover periodicamente campanhas educativas visando ao uso racional de energia e evitando o desperdício;

V – buscar parcerias com a CELESC para a implantação de programas de eficiência energética, inclusive para edificações localizadas na área rural.

### **Subseção II** **Do Sistema de Comunicação**

**Art. 52.** O Poder Público Municipal em parceria com as empresas concessionárias promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento do sistema de comunicação no Município de Chapadão do Lageado, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover a expansão dos serviços segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;

II – viabilizar a implantação de Agência dos Correios e de sistema de distribuição de correspondência;

III – viabilizar a melhoria do serviço de telefonia celular móvel e do acesso a internet, junto as prestadoras do serviço.

## **Seção XI** **Da Política Municipal de Mobilidade e Transporte**

**Art. 53.** A Política Municipal de Mobilidade e Transporte deverá ser pautada pelos seguintes princípios:



I – criar um sistema viário urbano integrado e otimizado, com vias estruturais e básicas, formando ligações que permitam melhor comunicação entre as várias localidades do Município, ampla distribuição e eficiência dos deslocamentos, indução de desenvolvimento urbano para áreas estratégicas e maior segurança de tráfego aos usuários em geral;

II – definir normas específicas para a execução e a pavimentação dos passeios nas vias públicas, visando garantir o conforto e a segurança dos pedestres;

III – priorizar a circulação de pedestres e ciclistas, bem como incentivar o transporte coletivo, em relação ao transporte individual.

*Parágrafo Único.* A acessibilidade urbana obedecerá aos princípios de adequabilidade e adaptabilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, devendo ser observadas as regras previstas na legislação, assim como nas normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre os quais as de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**Art. 54.** Para realização desses princípios, o Município de Chapadão do Lageado deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:

I – viabilizar a abertura e a pavimentação de ligação viária do município até a Rodovia BR-282;

II – implantar novas ruas no centro, sendo prioridade a implantação de uma nova via paralela à Avenida 29 de Novembro;

III – dar continuidade a urbanização da Avenida 29 de Novembro, com alargamento da pista de rolamento, construção de passeios com padronização do revestimento, implantação de mobiliário urbano e criação de baias de estacionamento;

IV – criar programa municipal de implantação e padronização de calçadas, com execução em parceria entre proprietários e Poder Público;

V – providenciar a curto/médio prazo a pavimentação das vias públicas urbanas;

VI – criar programas de incentivo a manutenção das beiras das estradas municipais;

VII – viabilizar a implantação de linhas de transporte coletivo ligando as comunidades à área urbana do município;

VIII – viabilizar a implantação de um terminal rodoviário;

IX – readequar e complementar a sinalização viária conforme as normas do Código Brasileiro de Trânsito;

X – implantar ciclovias e bicicletários ao longo das ruas e avenidas da área urbana.

## **Seção XII**

### **Da Política do Sistema de Planejamento Municipal**

**Art. 55.** O Município de Chapadão do Lageado deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão Urbana Municipal, pautada por procedimentos técnicos, que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana através das seguintes ações:

I – estruturar o órgão municipal de planejamento e de fiscalização de obras.

## **CAPITULO IV DO MACROZONEAMENTO E DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

### **Seção I Do Macrozoneamento Territorial**

#### **Subseção I Das Áreas Urbanas e Rurais**

**Art. 56.** Para efeitos de planejamento e de gestão fica o território municipal de Chapadão do Lageado subdividido em Área Urbana e Área Rural.

§1º Área Urbana é aquela definida em Lei Municipal específica e que tem por objetivo abrigar o crescimento ordenado da cidade sendo seu uso prioritário destinado às atividades e usos de natureza urbana, não sendo obrigatoriamente contínua.

§2º Área Rural é a porção restante do território municipal, que se destina preferencialmente à prática da agricultura, pecuária, silvicultura, à conservação dos recursos naturais e a outras atividades assemelhadas, bem como ao desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer, e que se encontram fora dos limites do perímetro urbano do Município.

### **Seção II Das Macrozonas**

**Art. 57.** O Macrozoneamento territorial tem como objetivo principal propor critérios de uso e de ocupação na utilização do espaço do Município de Chapadão do Lageado, levando-se em consideração as características ambientais e suas potencialidades, propiciando o uso racional para fins urbanos, para atividades rurais, ao desenvolvimento das atividades econômicas e as áreas destinadas à preservação ambiental e de interesse turístico.

**Art. 58.** Para fins de planejamento territorial, o Município de Chapadão do Lageado fica subdividido em 02 (duas) Macrozonas de Uso, delimitadas de acordo com o Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento, da seguinte forma:

I – MZU – Macrozona Urbana;

II – MZR – Macrozona Rural.

**Art. 59.** As delimitações das Macrozonas de Uso visam atingir os seguintes objetivos:

I – incentivar, coibir e qualificar a ocupação, compatibilizando a capacidade de infraestrutura instalada com a proteção ao meio ambiente;

II – contenção da expansão desordenada da área urbana que possa acarretar problemas de natureza socioambiental;

III – minimização dos custos de implantação, manutenção e otimização da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais;

IV – ordenar o processo de expansão territorial visando o desenvolvimento sustentável do Município.

#### **Subseção I** **Da Macrozona Urbana**

**Art. 60.** A MZU, denominada de Macrozona Urbana, são áreas com destinação predominantemente urbana, delimitada pelo atual perímetro urbano do município.

*Parágrafo Único.* São objetivos das áreas inclusas na Macrozona Urbana:

I – induzir a ocupação ordenada dessas áreas;

II – compatibilizar a ocupação e o adensamento com a capacidade de suporte da infraestrutura, especialmente o sistema de água e esgoto, bem como a oferta de equipamentos públicos e sociais;

III – democratizar o acesso a terra urbanizada;

IV – garantir a utilização dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados.

**Art. 61.** As Zonas a serem delimitadas no interior da Macrozona Urbana são aquelas que devem conter usos e ocupações destinadas prioritariamente às funções urbanas e delimitadas de acordo com critérios específicos que priorizem a sua vocação e suas particularidades.

#### **Subseção II** **Da Macrozona Rural**

**Art. 62.** A MZR, denominada de Macrozona Rural, são áreas com destinação predominantemente agropecuária, extrativista ou de conservação dos recursos naturais.

*Parágrafo Único.* São objetivos das áreas inclusas na Macrozona Rural:

I – disponibilizar áreas propícias para atividades agrícolas;

II – promover o uso controlado do solo em áreas rurais compatibilizando-as com a proteção do meio ambiente;

III – controlar a ocupação e o adensamento construtivo e populacional dessas áreas;

IV – incentivar o turismo rural e o ecoturismo, disciplinando a implantação de equipamentos e de serviços nessas áreas;

V – disponibilizar áreas para a preservação ambiental, ecológica e turística no município.

**Art. 63.** A Macrozona Rural será subdividida em demais zonas, que pelas suas características deve conter usos e ocupações destinadas preferencialmente às funções produtivas do setor primário, secundário e de incentivo ao turismo. Farão parte também desta macrozona aquelas áreas que por suas características, contenham usos e ocupações destinadas preferencialmente às atividades de baixo impacto urbano e ambiental:

I – as áreas delimitadas e inclusas como Unidades de Conservação definidas por lei específica, que apresentam certa fragilidade ambiental e contam com grandes áreas sem ocupação para fins urbanos;

II – as áreas de proteção ambiental, que visam proteger os mananciais de abastecimento urbano ou preservar as belezas naturais do município.

### **Seção III Do Zoneamento**

**Art. 64.** A divisão do território municipal em zonas visa garantir critérios para o uso e a ocupação do solo no Município de Chapadão do Lageado em cada uma das zonas criadas, objetivando ordenar sua ocupação e garantir a preservação do meio ambiente conforme suas características, evitando o descontrole urbanístico e a expansão desnecessária da malha urbana em direção as áreas ambientalmente mais frágeis.

*Parágrafo Único.* A delimitação das Zonas, tanto na área urbana como na área rural, obedece aos princípios, às diretrizes e aos objetivos contidos na presente Lei, e em particular, na adequação de seus limites ao Macrozoneamento proposto e delimitado pelo Anexo 01.

### **Seção IV Da Subdivisão das Macrozonas**

#### **Subseção I Da Macrozona Urbana**

**Art. 65.** A MZU, denominada de Macrozona Urbana subdivide-se em:

I – ZRM – Zona Residencial Mista: são áreas destinadas ao uso residencial predominante, complementado pelo uso comercial e de prestação de serviços de pequeno porte, industrial de pequeno porte e de baixo impacto ambiental e outros compatíveis;

II – ZCS – Zona Comercial e de Prestação de Serviços: são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços, complementado pelo uso residencial, industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis;

**Art. 66.** Os limites das zonas urbanas do Município de Chapadão do Lageado estão delimitados no Anexo 03 – Mapa de Zoneamento Urbano.

#### **Subseção II Da Macrozona Rural**

**Art. 67.** A MZR, denominada de Macrozona Rural subdivide-se em:

I – ZPPr – Zona de Produção Primária: as áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde devem ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo;

II – ZPM1 – Zona de Preservação Municipal 1: área que abrange a Serra da Santa, a Serra do Tanque e boa parte da Comunidade do Ranchinho, objetivando a preservação ambiental e da paisagem do município. Está área deverá receber ações e programas educativos, como educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e proteção das áreas de araucárias, vegetação nativa da região;

III – ZPM2 – Zona de Preservação Municipal 2: área que abrange parte da Bacia Hidrográfica do Arroio Lageado desde suas nascentes até o início do Cânion do Rio Lageado, objetivando a preservação do manancial de abastecimento de água da área urbana do município e que deve receber programas e ações de recuperação e limpeza do rio, saneamento, reflorestamento da mata ciliar com espécies nativas, entre outras ações.

IV – ZPM3 – Zona de Preservação Municipal 3: área abrangida pelo Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho, criado pela Lei Municipal n° 0534 de 15.12.2011.

V – ZPM4 – Zona de Preservação Municipal 4: área de expansão do Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho.

VI – ZI – Zona Industrial: são áreas destinadas predominantemente, ao uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador, conforme classificação do CONSEMA.

§1º Na ZPM1 serão permitidas as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente, quando de utilidade pública.

§2º Na ZPM2, que objetiva a preservação do manancial de abastecimento de água da área urbana do município, deverão ser incentivadas ações e projetos que visem a revegetação da mata ciliar com espécies nativas, o incentivo à produção com redução do uso de agrotóxicos, a implantação de sistemas de tratamento de esgotos, entre outros. A implantação de novos estabelecimentos não-residenciais deve ser obrigatoriamente não poluente. Fica proibido nesta área a instalação de indústrias com médio e alto potencial de degradação ambiental e a criação de animais para fins de comercialização.

§3º O Poder Executivo Municipal poderá expedir normas de utilização e de preservação ambiental para a ZPM3, compreendida pelo Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho. Nesta zona ficam proibidas quaisquer atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, mas permite-se a implantação da infraestrutura necessária para a instalação do parque.

**Art. 68.** Os limites das zonas rurais do Município de Chapadão do Lageado estão delimitados no Anexo 02 – Mapa de Zoneamento Municipal.

## **Seção V**

### **Das Áreas de Preservação Permanente**

**Art. 69.** São consideradas Áreas de Preservação Permanente – APP no Município de Chapadão do Lageado, aquelas assim classificadas pela legislação existente, cobertas ou não por vegetação, destinadas a preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a

biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

*Parágrafo Único.* Para a ocupação dos imóveis e glebas que contenham em seu interior áreas consideradas de preservação permanente (APPs) deve-se respeitar obrigatoriamente, os limites mínimos estabelecido pela legislação vigente, salvo se possuírem autorização de órgão competente para sua utilização.

**Art. 70.** O Poder Executivo Municipal deverá apontar no ato da Consulta Prévia para Licenciamento de Obras ou Parcelamento do Solo, as áreas protegidas por lei, bem como as áreas sujeitas a algum tipo de risco ambiental.

**Art. 71.** Fica definida como faixa de reserva sanitária, a faixa não edificável de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado, ao longo das redes de drenagem pluvial ou esgoto, a partir do eixo projetado.

## **Seção VI**

### **Das Áreas de Especial Interesse**

**Art. 72.** As Áreas de Especial Interesse compreendem as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se do zoneamento usual e são classificadas em:

- I – Áreas de Especial Interesse Ambiental – AEIA;
- II – Áreas de Especial Interesse Urbanístico – AEIU;
- III – Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural – AEIHC;
- IV – Áreas de Especial Interesse de Utilização Pública – AEIUP;
- V – Áreas de Especial Interesse Turístico – AEIT;
- VI – Áreas de Especial Interesse Social – AEIS.

§1º Salvo o explicitamente disposto em contrário nesta Lei, as Áreas Especiais deverão obedecer aos parâmetros de uso do solo e os coeficientes de aproveitamento da Zona onde se localizam.

§2º Os demais parâmetros urbanísticos para as Áreas Especiais serão definidos nas leis municipais que regulamentarão cada uma das áreas nomeadas nos incisos de I a VI.

§3º As leis referidas no parágrafo anterior deverão estabelecer diretrizes para compatibilização entre diferentes áreas especiais, na hipótese de sobreposição das mesmas.

§4º Além das áreas delimitadas nos Mapas de Áreas de Especial Interesse, Anexos 07 e 08 desta lei, outras poderão ser delimitadas e mapeadas posteriormente, através de lei municipal específica.

## **Subseção I**

### **Das Áreas de Especial Interesse Ambiental**

**Art. 73.** As Áreas de Especial Interesse Ambiental - AEIA são constituídas por áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano.

§1º A identificação das Áreas de Especial Interesse Ambiental possui ainda o objetivo de proteger e preservar o patrimônio natural do Município, devendo ser instituídas através de lei municipal, com definição de limites, usos permitidos, prazos para a sua recuperação ambiental, instrumentos e regime urbanístico próprios para cada caso.

§2º Ficam as Áreas de Especial Interesse Ambiental consideradas como áreas de conservação e sujeitas a parâmetros urbanísticos e de manejo de solo determinados pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, de forma coerente a cada área e à legislação federal, estadual e municipal pertinente.

**Art. 74.** As Áreas de Especial Interesse Ambiental – AEIA, no Município de Chapadão do Lageado são classificadas nas seguintes categorias:

I – AEIA 01 - são as áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos municipais. Estas áreas deverão ter prioridade de receber ações e projetos de reflorestamento com espécies nativas. Podendo ser:

– área com prioridade de preservação ambiental, abrangendo a Serra da Santa, a Serra do Tanque e boa parte da Comunidade do Ranchinho objetivando a preservação ambiental e da paisagem do município. As Áreas de Proteção Permanente – APP devem ser reflorestadas com espécies nativas. Esta área deverá receber ações e programas sócio-educativos, como educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e proteção das áreas de araucárias, vegetação nativa da região;

– área que abrange parte da bacia hidrográfica do Arroio Lageado desde suas nascentes até o início do Cânion do Rio Lageado, objetivando a preservação do manancial de abastecimento de água da área urbana do município. Esta área deve receber programas e ações de recuperação e limpeza do rio, saneamento, reflorestamento da mata ciliar com espécies nativas, entre outras coisas.

– área abrangida pelo Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho, criado pela Lei Municipal nº 0534 de 15.12.2011, bem como sua área de expansão. Nesta área são proibidas quaisquer atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras.

#### Subseção II

#### Das Áreas de Especial Interesse Urbanístico

**Art. 75.** As Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AEIU são constituídas por áreas que demandem tratamento urbanístico próprio por sua expressão ou ainda por ser área degradada, necessitando de reestruturação urbana.

*Parágrafo Único.* A criação de novas Áreas de Especial Interesse Urbanístico deverá ser analisada pelo Órgão Municipal de Planejamento e aprovada em legislação municipal específica, com definição de limites e regime urbanístico próprios.

**Art. 76.** As Áreas de Especial Interesse Urbanístico – AEIU, no Município de Chapadão do Lageado são classificadas nas seguintes categorias:

I – AEIU 01 – áreas destinadas à melhoria do sistema viário intermunicipal existente, facilitando o acesso ao município e o escoamento da produção;

II – AEIU 02 – áreas do município onde se há o interesse de reurbanização e/ou melhoria paisagística.

### **Subseção III**

#### **Das Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural**

**Art. 77.** As Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AEIHC são as áreas ou edificações com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local.

**Art. 78.** As Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AEIHC, no Município de Chapadão do Lageado podem ser classificadas nas seguintes categorias:

I – AEIHC 01 – são as edificações históricas inventariadas no município através do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico do Alto Vale do Itajaí, conforme Anexo 07 e 08;

II – AEIHC 02 – trata-se das edificações históricas que possam ser revitalizadas para às atividades histórico-culturais municipais.

*Parágrafo Único.* Qualquer modificação seja ela reforma, ampliação ou demolição, numa Área de Especial Interesse Histórico e Cultural, ficará sujeita à aprovação prévia dos Órgãos Municipais de Planejamento e de Cultura.

### **Subseção IV**

#### **Das Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública**

**Art. 79.** As Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AEIUP são as áreas necessárias à instalação de equipamentos públicos comunitários ou para a implantação da infraestrutura física necessária.

**Art. 80.** As Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AEIUP, no Município de Chapadão do Lageado podem ser classificadas nas seguintes categorias:

I – AEIUP 01 – são áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a educação básica e profissionalizante municipal;

II – AEIUP 02 – são áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender ao sistema de saúde pública municipal;

III – AEIUP 03 – são áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a área de esportes e lazer do município.

### **Subseção V**

#### **Das Áreas de Especial Interesse Turístico**

**Art. 81.** As Áreas de Especial Interesse Turístico - AEIT são constituídas pelos acessos, produtos e atrativos turísticos existentes no município, conforme Anexos 07 e 08.



**Art. 82.** Nos locais definidos como Área de Especial Interesse Turístico - AEIT, os planos e programas turísticos a serem elaborados deverão conter normas de preservação, restauração, recuperação ou valorização, conforme o caso, do patrimônio cultural ou natural existente, e dos aspectos sociais que lhe forem próprios, respeitando-se as diretrizes de desenvolvimento urbano e de ocupação do solo.

#### **Subseção VI** **Das Áreas de Especial Interesse Social**

**Art. 83.** As Áreas de Especial Interesse Social – AEIS, são áreas do território municipal destinadas prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção e manutenção de habitação de interesse social – HIS, bem como à implantação de loteamentos de interesse social, assim classificados:

I – AEIS 01 – os núcleos urbanos irregulares onde se houver o interesse de regularização fundiária e a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente;

II – AEIS 02 – os lotes ou gleba ainda não edificadas, subutilizados ou não utilizados, onde haja interesse público em implantar programas habitacionais para a população de baixa renda.

*Parágrafo Único.* Os parâmetros urbanísticos e a regularização das Áreas de Especial Interesse Social – AEIS são determinados e executados com a coordenação do Órgão Municipal de Planejamento, assessorados pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial e junto com o Órgão Municipal de Assistência Social.

**Art. 84.** O Plano de Urbanização para cada AEIS será estabelecido por lei específica e deverá prever:

I – as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos específicos para o parcelamento e para o uso e a ocupação do solo;

II – diagnóstico da AEIS que contenha no mínimo: análise físico-ambiental, análise urbanística e fundiária e caracterização socioeconômica da população;

III – os planos e projetos para as intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as características locais, sistema de abastecimento de água e de coleta de esgotos, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais e os usos complementares ao residencial;

IV – instrumentos aplicáveis para a regularização fundiária;

V – forma de participação da população na implementação e gestão das intervenções previstas;

VI – fontes de recursos para a implementação das intervenções;

VII – atividades de geração de emprego e renda;

VIII – plano de ação social;

IX – a realocação das famílias que ocupam imóvel localizado em Áreas de Preservação Permanente – APP ou área de risco para áreas dotadas de infraestrutura, devendo ser garantido o direito à moradia digna, preferencialmente em empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS implementados nas AEIS.

**Art. 85.** Nas Áreas de Especial Interesse Social – AEIS do tipo 2 poderão ser implantados loteamentos de interesse social ou empreendimentos de habitação de interesse social – HIS sob a modalidade de Consórcio Imobiliário entre o Poder Público e a Iniciativa Privada.

*Parágrafo Único.* Consideram-se loteamento de interesse social aquele destinado à produção de lotes urbanizados, destinados ao assentamento de famílias cadastradas pelo Município de Chapadão do Lageado e que possuam renda familiar igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

**Art. 86.** Deverão ser constituídas em todas as AEIS, comissões compostas por representantes dos atuais ou futuros moradores e do Executivo, que deverão participar de todas as etapas de elaboração do Plano de Urbanização ou de Regularização Fundiária, conforme o caso.

*Parágrafo Único.* Os proprietários de lotes ou glebas e as entidades representativas dos moradores das AEIS poderão apresentar ao Executivo, propostas para o Plano de Urbanização ou Regularização Fundiária de que trata este artigo.

## **CAPÍTULO V DOS PARÂMETROS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

### **Seção I Dos Índices Urbanísticos**

**Art. 87.** Os limites à ocupação do solo no Município de Chapadão do Lageado serão regulados pelo disposto na presente Lei, constantes no Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos, sendo que os índices e instrumentos urbanísticos adotados para disciplinar o ordenamento territorial no Município, são os seguintes:

- I – coeficiente de aproveitamento máximo do lote (CA);
- II – afastamentos das edificações;
- III – gabarito de altura (número máximo de pavimentos);
- IV – taxa de ocupação máxima do lote (TO);
- V – tamanho mínimo do lote;
- VI – testada mínima do lote;
- VII – Usos Permitidos, Sujeitos à Análise ou Proibidos.

### **Subseção I Coeficiente de Aproveitamento (CA)**

**Art. 88.** O Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o índice urbanístico que define o potencial construtivo de cada lote a partir da unidade territorial em questão, e é calculado através do produto entre este e a área do lote, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Potencial Construtivo} = \text{área do lote} \times \text{coeficiente de aproveitamento}$$

## **Subseção II** **Taxa de Ocupação (TO)**

**Art. 89.** A Taxa de Ocupação (TO) corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área a ser construída sobre o lote em questão, e tem por finalidade determinar o limite máximo de impermeabilidade do solo.

## **Subseção III** **Dos Afastamentos**

**Art. 90.** Entende-se por afastamentos os índices urbanísticos necessários à qualificação ambiental das áreas construídas, em especial a garantia de parâmetros mínimos à ventilação e iluminação natural, sendo a distância da projeção ortogonal da frente, das laterais e do fundo da edificação, às divisas do lote.

**Art. 91.** Os afastamentos mínimos obrigatórios nas edificações são determinados segundo a zona de uso a qual pertencem, e estão indicados na Tabela de Índices Urbanísticos – Anexo 04, observadas ainda as exigências do Código de Obras e Edificações Municipal e demais legislações pertinentes.

§1º O afastamento mínimo lateral e fundos para as edificações é de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) quando existirem aberturas ou poderá ser edificado na divisa do lote utilizando-se parede cega.

§2º Para a Zona Industrial – ZI e Zonas Rurais, o afastamento lateral e fundos mínimo para as edificações será de 3,00m (três metros).

§3º Os lotes de esquina que façam frente para duas ou mais vias, observarão o afastamento frontal mínimo em todas as testadas.

§4º Se o afastamento frontal for utilizado para o estacionamento de veículos deverá ser respeitado o afastamento mínimo de 6,00m (seis metros) em relação ao meio-fio.

**Art. 92.** Será permitido construir junto às divisas laterais e fundos do lote, desde que se utilizando paredes cegas, que de modo algum possibilitem o caimento das águas da cobertura para o lote vizinho e sendo atendidas ainda as exigências do Código de Obras e Edificações Municipal.

§1º Para efeito desta lei, entende-se por parede cega, a parede construída sem qualquer tipo de abertura.

§2º Na edificação de paredes cegas junto às divisas do lote deve-se respeitar as alturas máximas previstas no Anexo 04, conforme a zona onde o lote estiver inserido.

§3º Na Zona Industrial – ZI não é permitido o uso de paredes cegas.

**Art. 93.** As áreas resultantes dos afastamentos mínimos obrigatórios deverão ser deixadas livres, garantindo-se a permeabilidade do solo, sendo permitida apenas a realização das seguintes obras nestas áreas:

- I – estacionamento descoberto, áreas de carga e descarga;
- II – cobertura, sem estrutura, para abrigar até 2 (dois) veículos;
- III – brises, pergolados, elementos decorativos sobrepostos às fachadas, letreiros, tubulações para água pluvial e proteções para ar condicionados, com projeção máxima de 0,60m (sessenta centímetros);
- IV – muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;
- V – no afastamento frontal, sacadas, beirais e toldos com projeção máxima conforme definido no Código de Obras e Edificações e no Código de Posturas do Município;
- VI – no afastamento frontal, a instalação de obra de arte, guaritas com área máxima de 6,00 m²(seis metros quadrados), central de gás e depósito de lixo;
- VII – nos afastamentos laterais ou de fundos, a instalação de áreas de recreação descoberta, central de gás, piscinas, cisternas, caixas d'água e assemelhados.

#### **Subseção IV Do Gabarito de Altura**

**Art. 94.** O gabarito de altura é o índice que limita o número máximo de pavimentos permitido para cada zona em que se situa a obra, visando garantir segurança, conforto ambiental e preservação da paisagem urbana.

§1º Considera-se altura da edificação a distância vertical medida entre a cota média do meio-fio e a laje de cobertura do último pavimento.

§2º Os pavimentos considerados como subsolo não serão considerados para efeito de cálculo do gabarito.

§3º Considera-se como subsolo, para o efeito desta Lei, o pavimento abaixo do nível do solo em todo o perímetro da edificação, permitindo-se que:

- I – um pavimento de subsolo esteja com a face superior da laje de cobertura a, no máximo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima do nível do solo;
- II – duas das faces do pavimento em subsolo poderão estar totalmente livres (desenterradas).

#### **Subseção V Das Vagas de Estacionamento**

**Art. 95.** O número mínimo de vagas de estacionamento, vagas para carga e descarga e vagas para embarque e desembarque exigidas para todas as novas construções ou ampliações, são estabelecidas pelo tipo de uso, conforme segue:

I – Uso Residencial Unifamiliar – 1 (uma) vaga de automóvel por unidade habitacional;

II – Uso Residencial Multifamiliar – 1 (uma) vaga de automóvel por unidade habitacional de até 150,00m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída; 2 (duas) vagas de automóvel por unidade habitacional com área construída acima de 150,01m<sup>2</sup>;

III – Hotéis e demais meios de hospedagem – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 3 (três) leitos. Hotéis com mais de 40 (quarenta) leitos deverão ter 1(uma) vaga de ônibus para cada 40 (quarenta) leitos + 1(uma) vaga para embarque e desembarque de ônibus, podendo esta última estar localizada na via pública;

IV – Motéis – 1 (uma) vaga de automóvel por apartamento;

V – Uso Comercial Varejista em Geral e Prestação de Serviços – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 50,0m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área construída, sendo no mínimo 2 (duas) vagas;

VI – Uso Institucional – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 50,0m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área construída;

VII – Ambulatórios e Clínicas médicas – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 75,0m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados) de área construída;

VIII – Hospitais e Maternidades – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 4 (quatro) leitos + 1 (uma) vaga coberta de embarque e desembarque de ambulâncias;

IX – Uso Educacional – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 50,0m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área construída + 1 (uma) vaga de embarque e desembarque de ônibus, podendo esta última estar localizada na via pública;

X – Uso Religioso – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 30,0m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados) de área construída;

XI – Uso Recreacional – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 25,0m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) de área construída;

XII – Uso Industrial – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 100,0m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída + área reservada para estacionamento de motos e bicicletas + vaga para carga e descarga de caminhões para as indústrias classificadas como de médio ou grande porte.

§1º Os casos não previstos deverão obedecer à proporção de 01 (uma) vaga para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área construída.

§2º As exigências relativas ao número mínimo de vagas de estacionamento previstos nos incisos I e II do *caput* deste artigo não se aplicam a:

I – kitinetes e lofts;

II – edificações de interesse social.

§3º Os locais para estacionamento serão:

I – proporcionais as áreas edificadas e a fração excedente a 50% (cinquenta por cento) da área mínima exigida por vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga;

II – cobertos ou descobertos;

III – no interior do lote ou em imóvel situado num raio de até 100,0m (cem metros) mediante vinculação deste com a edificação objeto da construção, no Matrícula do Imóvel.

§4º As áreas destinadas a garagens ou estacionamentos cobertos não serão computadas para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento.

§5º As áreas destinadas a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer alterações de uso.

§6º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaço públicos, deverão ser reservadas vagas próximos dos acessos de circulação de pedestres, para veículos que transportem pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção, em número equivalente a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

## **Seção II**

### **Do Uso do Solo**

**Art. 96.** O uso do solo no Município de Chapadão do Lageado será regulamentado pelos dispositivos constantes nesta Lei e nas demais legislações pertinentes.

**Art. 97.** Para efeito desta lei, consideram-se as seguintes tipologias de uso do solo:

I – residencial;

II – comercial e/ou prestação de serviços;

III – comunitário e/ou institucional;

IV – industrial e/ou apoio industrial;

V – agropecuário;

VI – extrativista;

VII – misto

§1º Considera-se uso residencial aquele destinado à habitação permanente, sendo esta unifamiliar ou multifamiliar;

§2º Considera-se uso comercial aquele destinado ao exercício de atividades caracterizadas pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias;

§3º Considera-se prestação de serviços as atividades caracterizadas pela utilização de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual, incluindo atividades hoteleiras, de alimentação, de serviços para veículos e de serviços de saúde humana ou animal privados.

§4º Considera-se uso comunitário e/ou institucional, aquele espaço, estabelecimento ou instalação destinada à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos e administração pública;

§5º Considera-se uso industrial e/ou apoio industrial, aquela atividade pela qual se transforma matéria-prima em bens de produção ou consumo, e a prestação de serviços diretamente relacionados, como armazenagem de produtos e matérias primas, apoio logístico e armazenamento;

§6º Considera-se uso agropecuário as atividades primárias de cultivo da terra e criação de animais, visando ao consumo próprio ou à comercialização;

§7º Considera-se uso extrativista a atividade primária de extração de recursos vegetais e/ou minerais;

§8º Considera-se uso misto aquele destinado à moradia e também a um outro tipo de uso, conforme descrito nos parágrafos 2º e 3º.

**Art. 98.** Como princípio geral, todos os usos serão admitidos no território do Município, salvo àqueles expressamente proibidos pela presente Lei, e desde que obedeçam às condições, princípios e diretrizes indicados na Tabela de Índices Urbanísticos, podendo os mesmos ser Permitidos, Sujeitos à Análise ou Proibidos.

§1º Considera-se permitidos os usos que se enquadram no padrão urbanístico determinados para uma zona;

§2º Considera-se sujeitos à análise aqueles usos que deverão sofrer análise prévia pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial para a liberação do Alvará de Construção e do Alvará de Funcionamento;

§3º Considera-se proibidos os usos que por seu porte ou natureza, são considerados perigosos, nocivos, incômodos e incompatíveis com as finalidades urbanísticas previstas para uma zona, onde:

a) consideram-se perigosa a atividade, principalmente a industrial, que pela matéria prima utilizada ou processos empregados, possam dar origem a explosões, poeiras, exalações e detritos danosos a saúde que eventualmente, possam por em perigo a propriedade e a vida de pessoas, incluindo-se nesta classe, também os depósitos de inflamáveis e explosivos, seguindo o critério do Corpo de Bombeiros;

b) consideram-se nocivas as atividades que durante o seu funcionamento possam dar origem a produção de gases, poeiras, exalações e detritos prejudiciais a saúde da vizinhança;

c) consideram-se incômodas as atividades que durante seu funcionamento possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras e exalações que venham incomodar os vizinhos.

**Art. 99.** A proibição de alguns usos e atividades em determinadas zonas do município de Chapadão do Lageado, estabelecidos na presente Lei, é determinada pela sua função, pelo porte ou pelo seu potencial de degradação ambiental.

§1º O porte da edificação definido no *caput* do artigo é classificado de acordo com o uso, conforme os seguintes critérios:

1. Para o uso Residencial:

I – Pequeno Porte: edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares com até 10 (dez) unidades habitacionais;

II – Médio Porte: edificações residenciais multifamiliares que tenham entre 11 a 50 (cinquenta) unidades habitacionais;

III – Grande Porte: edificações residências multifamiliares que tenham acima de 51 unidades habitacionais.

2. Para o uso Comercial e/ou Prestação de Serviços:

I – Pequeno Porte: edificações de até 100,0 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados);

II – Médio Porte: edificações de 100,01 m<sup>2</sup> até 300,0m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados);

III – Grande Porte: edificações acima de 300,01m<sup>2</sup>.

3. Para o uso Comunitário e/ou Institucional:

I – Pequeno Porte: edificações de até 250,0 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

II – Médio Porte: edificações de 250,01 m<sup>2</sup> até 500,0m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);

III – Grande Porte: quando for superior aos demais itens relacionados acima.

4. Para o uso Industrial e/ou Apoio Industrial:

I – Pequeno Porte: edificações de até 300,0 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados);

II – Médio Porte: edificações de 300,01 m<sup>2</sup> até 1.000,0m<sup>2</sup> (mil metros quadrados);

III – Grande Porte: edificações acima de 1.000,01m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).

5. Para o uso Agropecuário e/ou Extrativismo:

I – Pequeno Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar;

II – Médio Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar, plantio e criação de animais para comercialização do excedente da produção própria;



III – Grande Porte: quando a atividade desenvolvida se caracteriza para fins de comercialização.

§2º O uso industrial e/ou apoio industrial classifica-se em indústria de baixo potencial de degradação ambiental, indústria de médio potencial de degradação ambiental ou indústria de alto potencial de degradação ambiental, de acordo com a classificação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

### **Seção III**

#### **Das Futuras Ampliações do Perímetro Urbano**

**Art. 100.** As ampliações do perímetro urbano do município, após a aprovação desta lei, tanto por iniciativa do Poder Executivo, como do Poder Legislativo, deverão ser instituídas através de lei municipal específica, desde que atendidas as seguintes diretrizes:

- I – ter aprovação prévia pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT;
- II – assegurar a participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos, através da realização de audiência(s) pública(s);
- III – realizar levantamento topográfico e cadastral georreferenciado das áreas que sofrerão ampliação;
- IV – apresentar viabilidade técnica das concessionárias que prestam serviços de infraestrutura ao município (CASAN/CELESC), garantindo condições de extensão das redes de abastecimento para a área a ser ampliada;
- V – apresentar viabilidade técnica de ampliação de equipamentos públicos essenciais (escolas, creches, postos de saúde) e das linhas de transporte público;
- VI – prever a ampliação do sistema viário e do zoneamento urbano juntamente com a ampliação do perímetro urbano;
- VII – delimitar as áreas de preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural existentes na área ampliada, assim como os trechos com restrições à urbanização e os trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais (áreas de risco).

*Parágrafo Único.* Maiores exigências podem ser solicitadas pelo Órgão Municipal de Planejamento, para eliminar ou minimizar possíveis impactos negativos a serem gerados pela ampliação da área urbana.

### **CAPÍTULO VI**

#### **Do Parcelamento do Solo**

**Art. 101.** Os procedimentos para aprovação e implantação de novos parcelamentos do solo no Município de Chapadão do Lageado, devem ser àqueles previstos na Lei Municipal de Parcelamento do Solo, bem como na legislação federal e estadual pertinente e nas disposições constantes na presente Lei.

*Parágrafo Único.* O tamanho do lote mínimo a ser respeitado em cada Zona é aquele previsto na Tabela de Índices Urbanísticos, Anexo 04 da presente lei, e deverá sempre ser observado

quando da aprovação dos novos loteamentos e desmembramentos a partir da entrada em vigor da presente Lei.

**Art. 102.** Os condomínios urbanísticos de lotes, assim classificados e enquadrados por lei federal, e destinados para fins residenciais, só poderão se localizar nas Áreas Urbanas e serão analisados de acordo com o que dispõe a legislação pertinente, devendo respeitar também às exigências da presente Lei, onde couber.

## **CAPÍTULO VII**

### **Do Sistema Viário**

**Art. 103.** A malha viária municipal é formada por vias interurbanas e intra-urbanas, sob a jurisdição do Município. Sob o aspecto funcional, o sistema viário municipal, conforme indicado nos Mapas do Sistema Viário, Anexos 05 e 06, é constituído de Vias Arteriais, Coletoras, Locais, Projetadas e Previstas assim definidas:

I – Via Arterial – destinada a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego;

II – Via Coletora – destinada tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais e locais;

III – Via Local – destinada ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado;

IV – Via Projetada – via projetada pelo Município para futura ampliação do sistema viário, sendo a sua implantação de responsabilidade do Poder Público Municipal;

V – Via Prevista – via de previsão de ampliação do sistema viário, com dimensionamento e traçado pré-definidos pelo Poder Público Municipal, devendo ser respeitada quando da implantação de edificações e parcelamentos do solo.

§1º Nas Vias Arteriais a segurança e a fluidez do tráfego são condicionantes prioritárias da disciplina do uso e ocupação do solo das propriedades lindeiras.

§2º Após a aprovação desta Lei, as ruas caracterizadas como Vias Projetadas deverão, em médio prazo, serem abertas por iniciativa do Poder Público Municipal, conforme a disponibilidade de recursos, respeitando-se o alinhamento previsto.

§3º A classificação e o gabarito das vias deve ser respeitado quando da elaboração e aprovação dos novos projetos de edificações e parcelamento do solo.

§4º As vias urbanas existentes na data de publicação desta lei e suas respectivas características, incluindo denominação, trajeto, extensão e hierarquia estão previstas no Anexo 10 – Detalhamento das Características e do Gabarito das Vias Existentes.

**Art. 104.** As novas vias a serem implantadas no Município de Chapadão do Lageado, devem respeitar as diretrizes estabelecidas pela presente Lei, bem como as exigências do Código Brasileiro de Trânsito.

§1º A classificação das novas vias será estabelecida pelo Órgão Municipal de Planejamento do município.

§2º As vias que por suas características não permitam sua ligação com outras vias, nem tenham previsão de prolongamento, devem ser arrematadas com praças de retorno, conforme disposto na Lei de Parcelamento Municipal.

### **Seção I** **Do Gabarito das Vias**

**Art. 105.** Ficam estabelecidos os seguintes gabaritos mínimos de largura para a malha viária municipal:

I – para as vias classificadas como Arterial:

a) estrada municipal rural: gabarito total mínimo de 15,0m (quinze metros);

b) vias urbanas novas ou projetadas: gabarito total mínimo de 20,00m (vinte metros), com passeio mínimo de 2,00m (dois metros) em cada lado;

c) vias urbanas existentes: gabarito total variável conforme disposto no Anexo 10 da presente Lei Complementar.

II – para as vias classificadas como Coletora:

a) estrada municipal rural: gabarito total mínimo de 10,0m (dez metros);

b) vias urbanas novas ou projetadas: gabarito total mínimo de 16,00m (dezesesseis metros), com passeio mínimo de 2,00m (dois metros) em cada lado;

c) vias urbanas existentes: gabarito total variável conforme disposto no Anexo 10 da presente Lei Complementar.

III – para as vias classificadas como Local:

a) estrada municipal rural: gabarito total mínimo de 8,0m (oito metros);

b) vias urbanas novas ou projetadas: gabarito total mínimo de 13,00m (treze metros), com passeio mínimo de 2,00m (dois metros) em cada lado;

c) vias urbanas existentes: gabarito total variável conforme disposto no Anexo 10 da presente Lei Complementar.

IV – ciclovia: 1,80m (um metro e oitenta centímetros) se unidirecional e 3,0m (três metros) se bidirecional;

V – ciclofaixa: 2,0m (dois metros).

§1º O gabarito mínimo definido para as vias municipais poderá sofrer variação em razão de situações atípicas e peculiares e mediante justificativa técnica.

§2º O detalhamento do gabarito de cada via caracterizada está disposto nos Anexos 09 e 10.

§3° Os passeios serão de ambos os lados da faixa de rolamento e de largura mínima conforme especificações.

## **CAPÍTULO VIII DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

### **Seção I Dos Instrumentos de Gestão Urbana**

**Art. 106.** Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Chapadão do Lageado, poderão ser adotados, entre outros, os seguintes instrumentos.

#### **I – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO:**

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- c) Lei de Orçamento Anual – LOA;
- d) Plano de Desenvolvimento Econômico e Social;
- e) Planos, Programas e Projetos Setoriais.

#### **II – INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS:**

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- e) transferência do direito de construir;
- f) operações urbanas consorciadas;
- g) consórcio imobiliário;
- h) direito de preempção;
- i) direito de superfície;
- n) estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- o) estudo de impacto ambiental (EIA) e relatório de impacto do meio ambiente (RIMA).

#### **III – INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:**

- a) concessão de direito real de uso;
- b) concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) usucapião especial de imóvel urbano;
- d) cessão de posse para fins de moradia.
- e) Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS;
- f) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;
- g) legitimação fundiária;
- h) legitimação de posse;
- i) demais instrumentos de regularização fundiária previstos na Lei Federal nº 13.465/17.

#### **IV – INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS:**

- a) impostos municipais diversos;
- b) taxas, tarifas e preços públicos específicos;

- c) contribuição de melhorias;
- d) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- e) fundo municipal de desenvolvimento local.

V – INSTRUMENTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS:

- a) servidão e limitação administrativas;
- b) autorização, permissão ou concessão de uso de bens públicos municipais;
- c) concessão dos serviços públicos urbanos;
- d) gestão de serviços urbanos com organizações sociais, assim declaradas pelo poder Público Municipal;
- e) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- f) termo administrativo de ajustamento de conduta.

VI – INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA:

- a) conselhos municipais;
- b) fundos municipais;
- c) audiências e consultas públicas;
- d) conferências municipais;
- e) iniciativa popular de projetos de lei;
- f) referendo e plebiscito.

*Parágrafo Único.* Os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos no inciso II, do *caput* do artigo, visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infraestrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infraestrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade.

**Art. 107.** Os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos na presente Lei e no Estatuto da Cidade, somente poderão ser aplicados após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal, ouvido o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT e sempre que necessário, com realização de Audiência Pública a ser convocada pelo Executivo Municipal ou pela Câmara de Vereadores.

**Subseção I**

**Dos Instrumentos de Regularização Fundiária**

**Art. 108.** A regularização fundiária abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

*Parágrafo Único.* O Município de Chapadão do Lageado, poderá proceder ações efetivas para regularizar os núcleos urbanos informais de interesse social, de forma a dar segurança jurídica aos moradores desses assentamentos, bem como providenciar melhorias urbanísticas nessas áreas.

**Art. 109.** A regularização fundiária no município de Chapadão do Lageado será regulamentada em lei municipal específica, observando-se as disposições da Lei Federal nº 13.465/2017 e demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

## Seção II

### Do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão

**Art. 110.** O Município de Chapadão do Lageado deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão Urbana, pautada por procedimentos técnicos, democráticos e participativos que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana.

**Art. 111.** São objetivos fundamentais do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão:

- I – criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- II – garantir eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;
- III – instituir processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor.

**Art. 112.** O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão deve atuar nos seguintes níveis:

- I – formulação de estratégias, de políticas e de atualização e revisão do Plano Diretor;
- II – gerenciamento do Plano Diretor, de formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação;
- III – monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.

**Art. 113.** O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão deverá ser composto pelos seguintes órgãos e instrumentos de planejamento:

- I – Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT;
- II – Cadastro Técnico Multifinalitário;
- III – Conferência Municipal das Cidades;
- IV – Audiências Públicas;
- V – Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- VI – Plebiscito e referendo popular;
- VII – Outros Conselhos Municipais.

*Parágrafo Único.* Deverá ser assegurada a participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos, na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

## Subseção I

### Do Sistema de Gestão dos Serviços Municipais

**Art. 114.** O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais de Chapadão do Lageado deve ter como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

*Parágrafo Único.* O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico territoriais, cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

**Art. 115.** O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá obedecer aos seguintes princípios:

I – simplificação, economia, eficácia, clareza, precisão e segurança, a fim de evitar a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;

II – democratização, publicidade e disponibilidade das informações, em especial daquelas relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor;

III – garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para sua implementação e na indicação das necessidades de seu detalhamento, atualização e revisão;

IV – garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.

#### **Subseção II**

##### **Do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial**

**Art. 116.** O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT de Chapadão do Lageado, criado através da Lei Complementar nº 0031 de 22 de agosto de 2007 é o órgão consultivo e deliberativo que tem por finalidade garantir os instrumentos necessários à efetivação do Plano Diretor Municipal, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§1º A composição, atribuições e regras gerais de funcionamento do Núcleo Gestor são definidas em sua lei de criação.

§2º As atividades realizadas pelos membros do Núcleo Gestor não são remuneradas, a qualquer título, sendo consideradas de relevância social para o Município.

#### **Subseção III**

##### **Da Conferência da Cidade**

**Art. 117.** A Conferência da Cidade ocorrerá precedendo a Conferência Estadual e Nacional, sendo sua convocação, organização e coordenação realizada por iniciativa do Poder Executivo, com exceção das realizadas em caráter extraordinário, quando então serão convocadas, organizadas e coordenadas pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT ou por órgão semelhante.

**Art. 118.** A Conferência Municipal da Cidade deverá, dentre outras atribuições:

I – apreciar as diretrizes da política urbana do Município;

- II – formular propostas para os programas federais e estaduais de política urbana;
- III – debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- IV – sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas, destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
- V – sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

## **CAPÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 119.** Os instrumentos de política pública instituídos por esta Lei Complementar deverão ser regulamentados e revisados periodicamente, conforme determina a legislação específica de cada política setorial, dando-se especial ênfase as seguintes leis:

- a) Código de Obras e Edificações;
- b) Lei de Parcelamento do Solo;
- c) Código de Posturas;
- d) Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- e) Plano Municipal de Saneamento Básico.

*Parágrafo Único.* Havendo necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar outros Projetos de Lei que regulamentem dispositivos e instrumentos legais integrantes do presente Plano Diretor.

**Art. 120.** Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento;
- b) Anexo 02 – Mapa de Zoneamento Municipal;
- c) Anexo 03 – Mapa de Zoneamento Urbano;
- d) Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos;
- e) Anexo 05 – Mapa do Sistema Viário Municipal;
- f) Anexo 06 – Mapa do Sistema Viário Urbano;
- g) Anexo 07 – Mapa das Áreas de Especial Interesse Municipal;
- h) Anexo 08 – Mapa das Áreas de Especial Interesse Urbano;
- i) Anexo 09 – Gabarito das vias urbanas novas;
- j) Anexo 10 – Detalhamento das Características e do Gabarito das Vias Existentes.

**Art. 121.** Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a legislação urbanística do Município, sem alteração de matéria substantiva, bem como efetuar o detalhamento e os ajustes nos mapas em escalas ampliadas, quando for o caso.

**Art. 122.** Os alvarás e licenças concedidos anteriormente a publicação desta Lei terão validade de até 6 (seis) meses, a partir de sua concessão, findo o prazo deverão ser renovados, caso a obra ainda não tenha iniciado.



**Art. 123.** Será mantido o uso das edificações existentes na data da publicação desta Lei e devidamente licenciadas pelo Município vedando-se, porém:

I – ampliação ou reforma de edificações com uso contrário a presente Lei;

II – a expedição de Alvará de Construção ou de Alvará de Funcionamento contrários a Lei.

**Art. 124.** Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em particular a Lei Complementar nº0035 de 08 de dezembro de 2008 e suas alterações.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 21 de agosto de 2020.

**MARLI GORETTI KAMMERS**  
Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

# **A N E X O S**

## **01 a 10**

**P O R T A R I A Nº 303/2020**

Publicação Nº 2619898

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO****P O R T A R I A Nº 303/2020**

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

**Art.1º** Nomear **CLEISIANE NAIARA CHIQUEO BRAUN**, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo de Gestão de Trabalho e Educação em Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 25.08.2020.

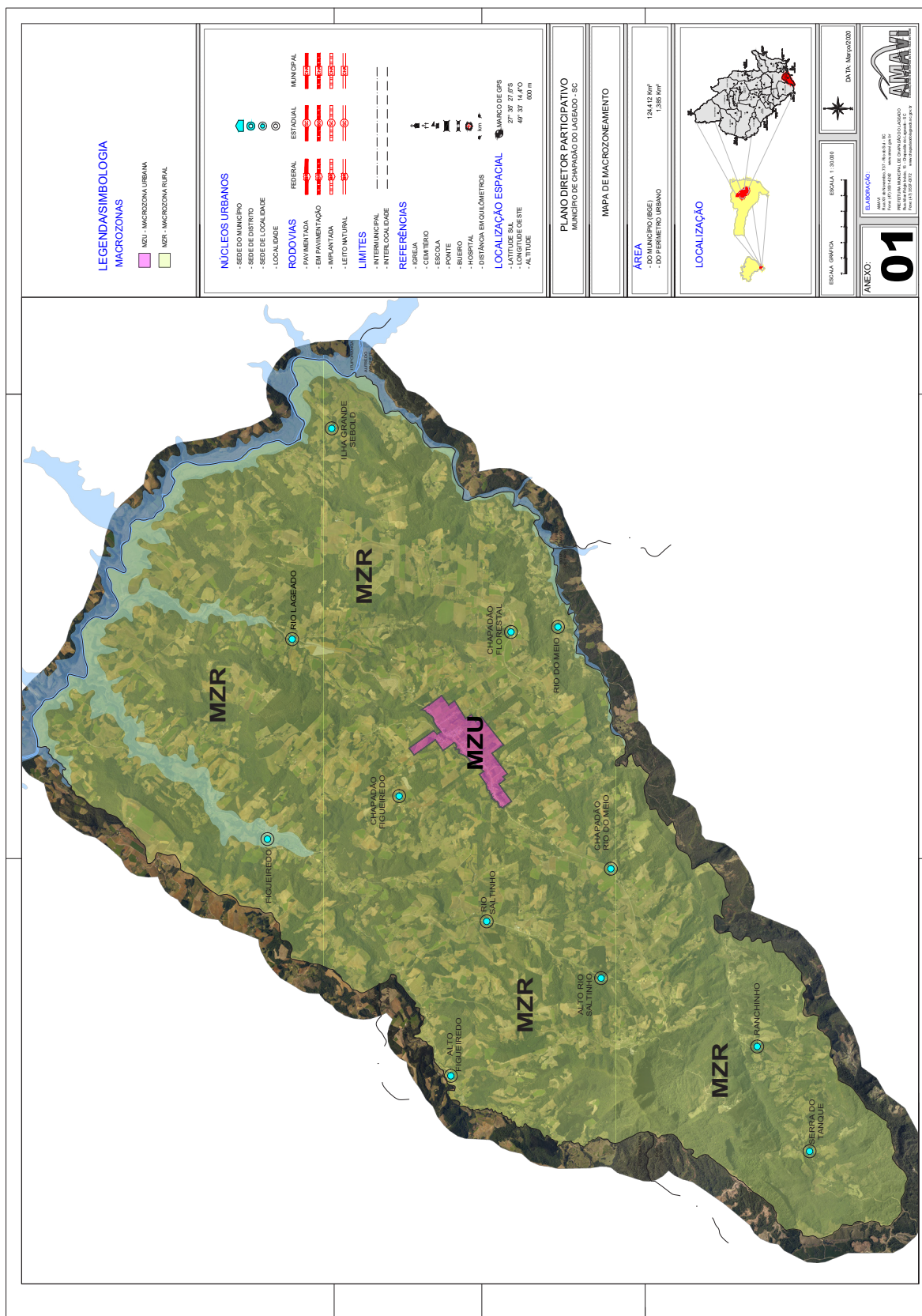
**Art.2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

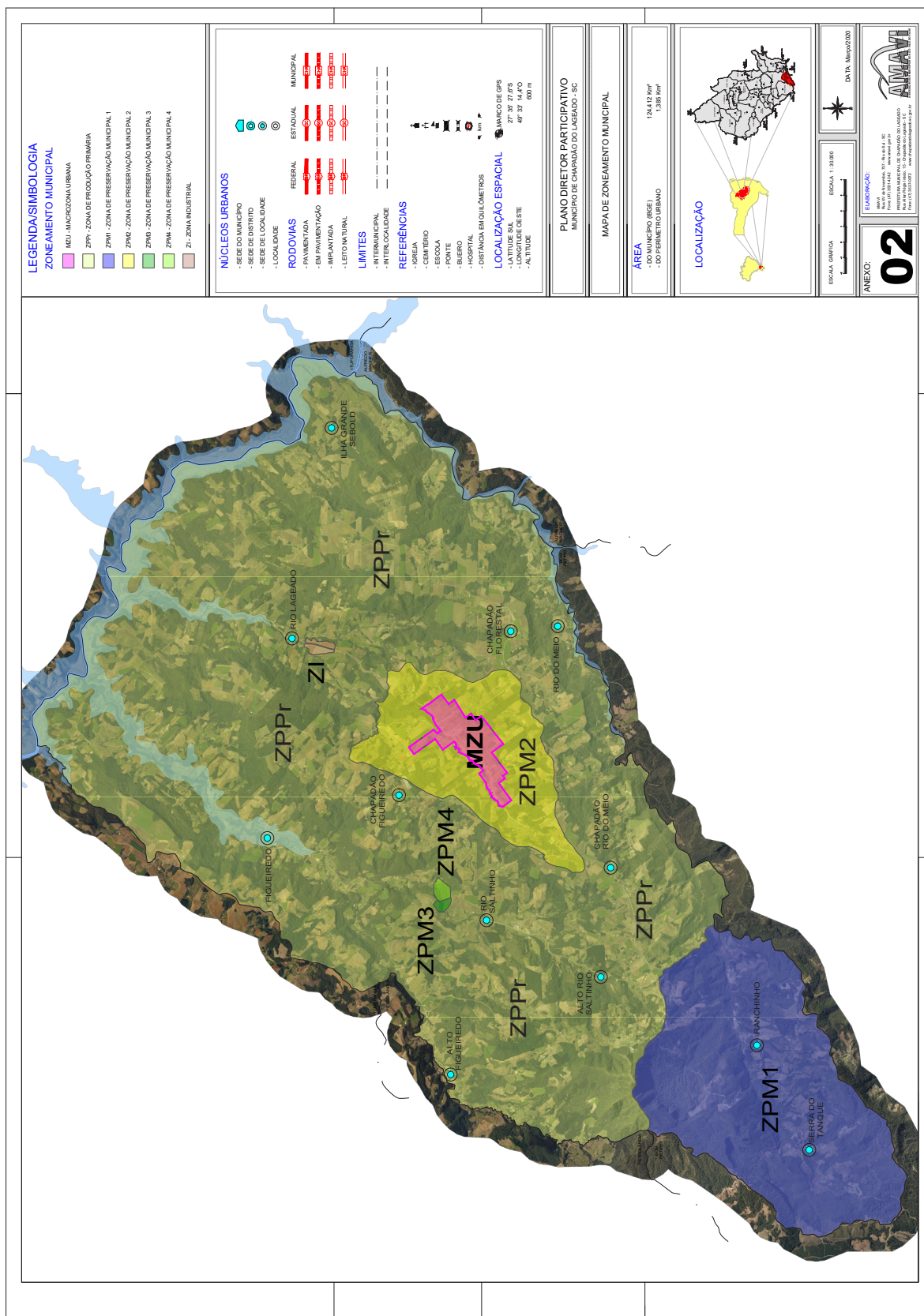
Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de agosto de 2020.

**MARLI GORETTI KAMMERS**  
Prefeita Municipal

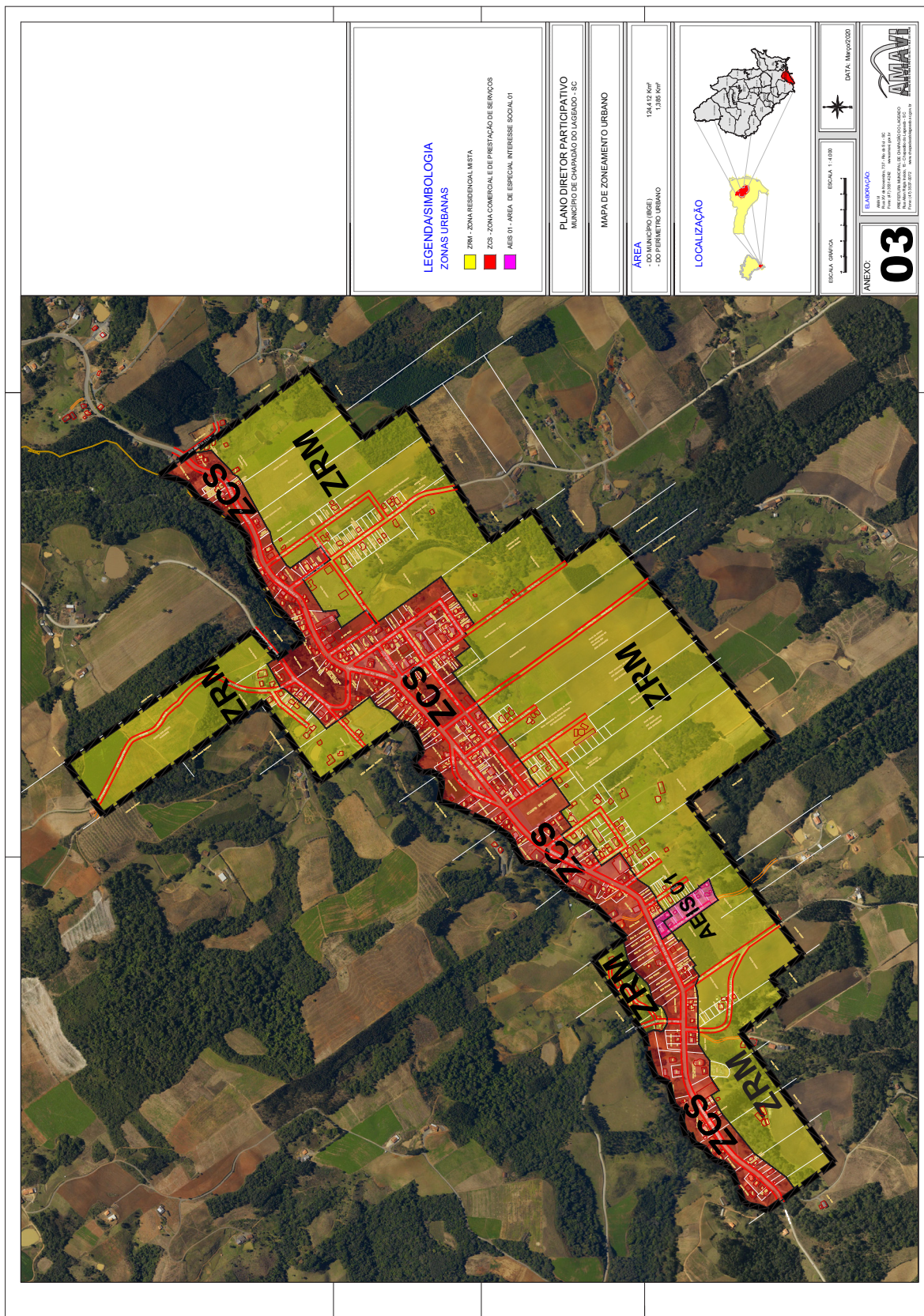
## ANEXOS 1 A 3 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2020

Publicação Nº 2618742







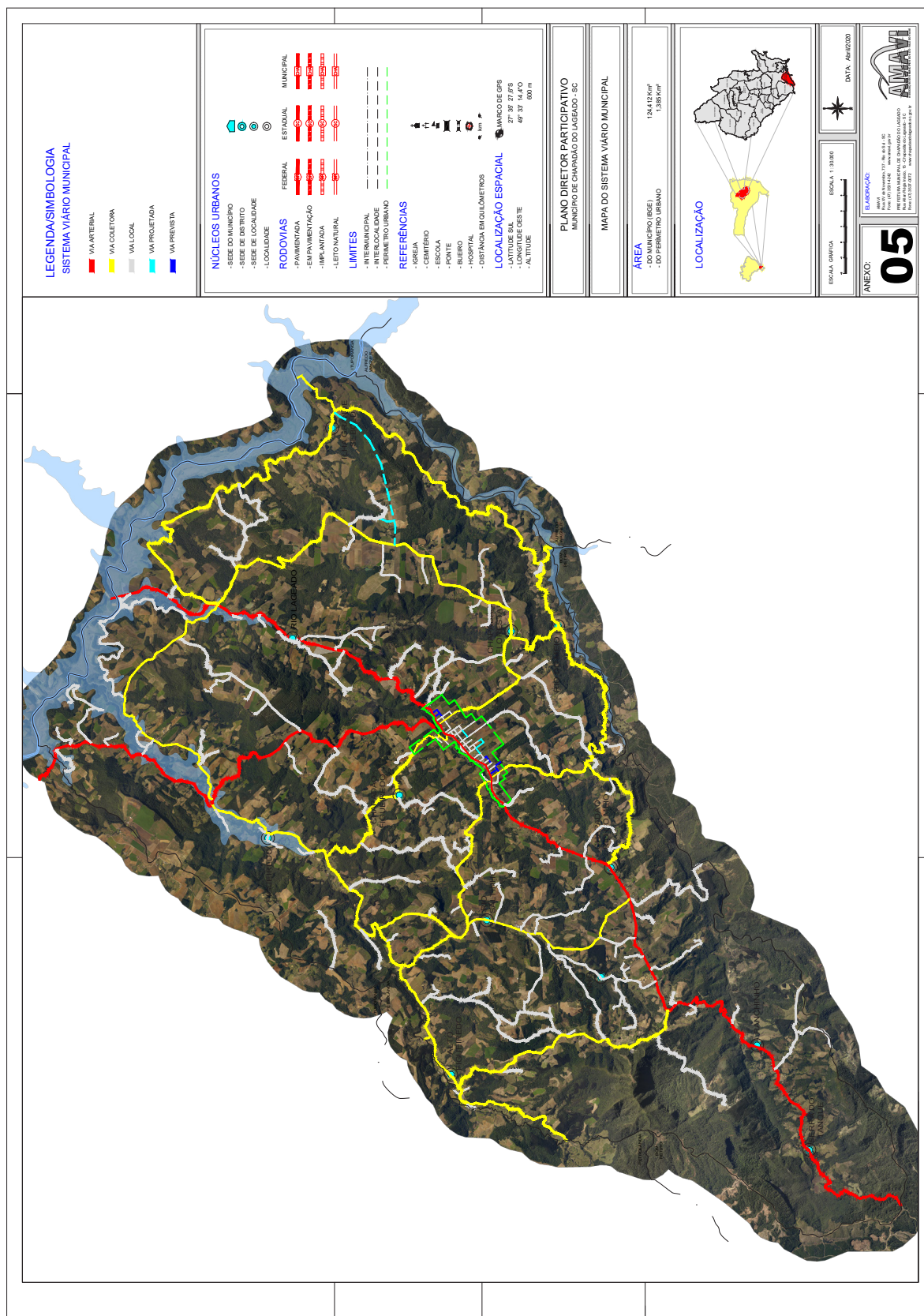


## ANEXOS 4 A 6 3 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2020

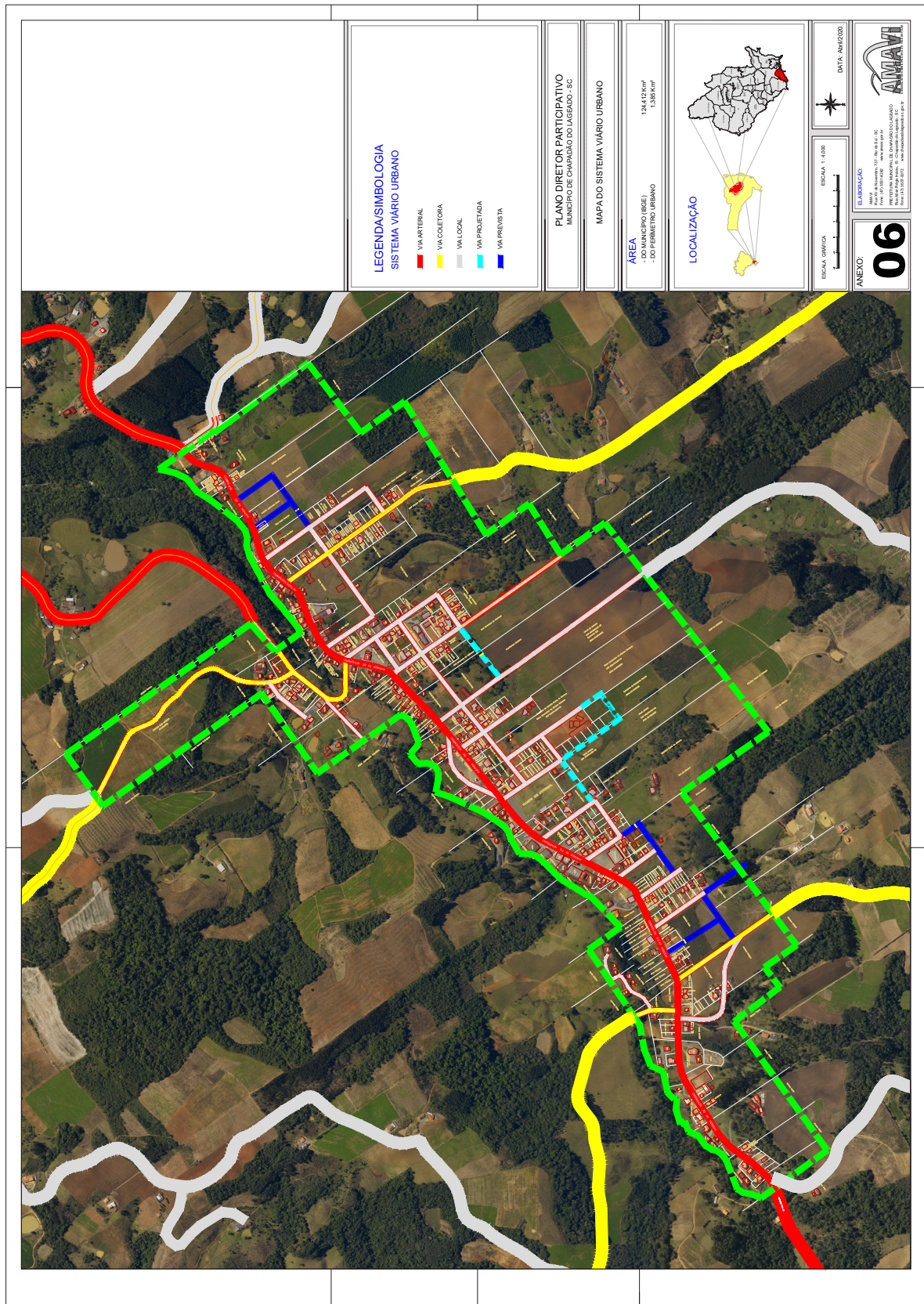
Publicação Nº 2618781

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CHAPADÃO DO LAGEADO															
ANEXO 04 - TABELA DE ÍNDICES URBANÍSTICOS															
MACROZONA	SIGLA	ZONA	DESCRIÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO MAX. (%)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MAX.	número máximo de pavimentos	AFASTAMENTOS		TAMANHO MÍNIMO DO LOTE (m²)	TESTADA MÍNIMA DO LOTE (metros)	USOS (*)				OBSERVAÇÕES
							FRONTAL (metros)	LATERAIS E FUNDOS (metros)			ATIVIDADES	PORTE (*)			
												PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	
MZU - MACROZONA URBANA	ZRM	ZONA RESIDENCIAL MISTA	são áreas destinadas ao uso residencial predominante complementado pelo uso comercial e de prestação de serviços de pequeno porte, industrial de pequeno porte e de baixo impacto ambiental e outros compatíveis	70%	2,0	4	4,00 <sup>(1)</sup>	mínimo 1,5m ou parede cega na divisa do lote (*)	360	12,00	Residencial	P	P	P	(*) Se o afastamento frontal for utilizado para o estacionamento de veículos, deverá respeitar o afastamento mínimo de 6,00 metros em relação ao meio-fio;
											Comercial e Prestação de Serviços	P	P	X	
	ZCS	ZONA COMERCIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços, complementado pelo uso residencial, industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis	80%	3,0	4	4,00 <sup>(1)</sup>	mínimo 1,5m ou parede cega na divisa do lote (*)	360	12,00	Comunitário ou Institucional	P	P	P	(*) Se o afastamento frontal for utilizado para o estacionamento de veículos, deverá respeitar o afastamento mínimo de 6,00 metros em relação ao meio-fio;
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	A	X	
											Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	A	A	X	(*) permitido o uso de parede cega somente nos dois primeiros pavimentos;
											Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
MZR - MACROZONA RURAL	ZPPr	ZONA DE PRODUÇÃO PRIMÁRIA	áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde devem ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo	20%	0,4	2	10,00	3,00	30.000	—	Residencial	P	P	P	
											Comercial e Prestação de Serviços	P	P	P	
											Comunitário ou Institucional	P	P	P	
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	
	ZPM1	ZONA DE PRESERVAÇÃO MUNICIPAL 1	área que abrange a Serra da Santa, a Serra do Tanque e boa parte da Comunidade do Ranchinho, objetivando a preservação ambiental e da paisagem do município	20%	0,2	1	10,00	3,00	30.000	—	Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	A	A	A	
											Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
											Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
	ZPM2	ZONA DE PRESERVAÇÃO MUNICIPAL 2	área que abrange parte da Bacia Hidrográfica do Arroio Lageado desde suas nascentes até o início do Córrego do Rio Lageado, objetivando a preservação do manancial de abastecimento de água da área urbana do município	20%	0,2	1	10,00	3,00	30.000	—	Residencial	P	P	A	A implantação de novos estabelecimentos não-residenciais deve ser obrigatoriamente não poluente. Fica proibido nesta área a instalação de indústrias com médio e alto potencial de degradação ambiental e a criação de animais para fins de comercialização.
											Comercial e Prestação de Serviços	P	A	A	
											Comunitário ou Institucional	P	P	A	
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	A	A	X	
	ZPM3	ZONA DE PRESERVAÇÃO MUNICIPAL 3	área abrangida pelo Parque Ecológico Cachoeira Rio Salinho, criado pela Lei Municipal nº 0534 de 15.12.2011	20%	0,2	1	10,00	3,00	30.000	—	Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	Nesta zona ficam proibidas quaisquer atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras mas permite-se a implantação da infraestrutura necessária para a instalação do parque
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
											Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
											Residencial	X	X	X	
	ZPM4	ZONA DE PRESERVAÇÃO MUNICIPAL 4	área de expansão do Parque Ecológico Cachoeira Rio Salinho	20%	0,2	1	10,00	3,00	30.000	—	Comercial e Prestação de Serviços	A	A	X	
											Comunitário ou Institucional	A	A	X	
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
											Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	
	ZI	ZONA INDUSTRIAL	são áreas destinadas predominantemente, ao uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador, conforme classificação do CONSEMA	50%	1,5	2	10,00	3,00	30.000	—	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	X	X	X	não é permitido o uso de parede cega nesta zona
											Residencial	P	X	X	
											Comercial e Prestação de Serviços	P	A	A	
											Comunitário ou Institucional	A	A	A	
											Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	
											Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	
											Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	
(*) USOS															
				P =	PERMITIDOS	SUJEITOS A AVALIAÇÃO	A	X =	PROIBIDOS			(*) Para a definição do porte, observar o disposto no art. 99			



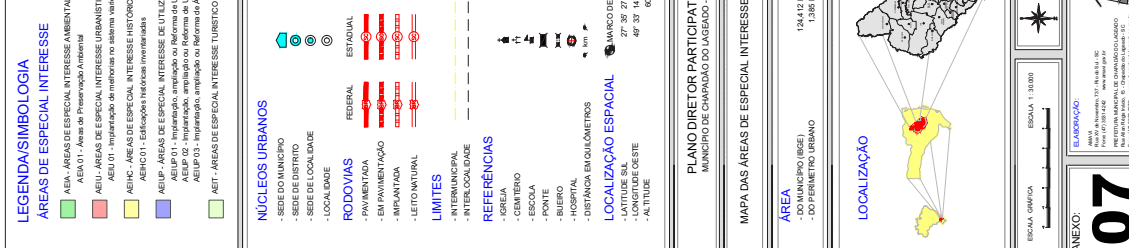




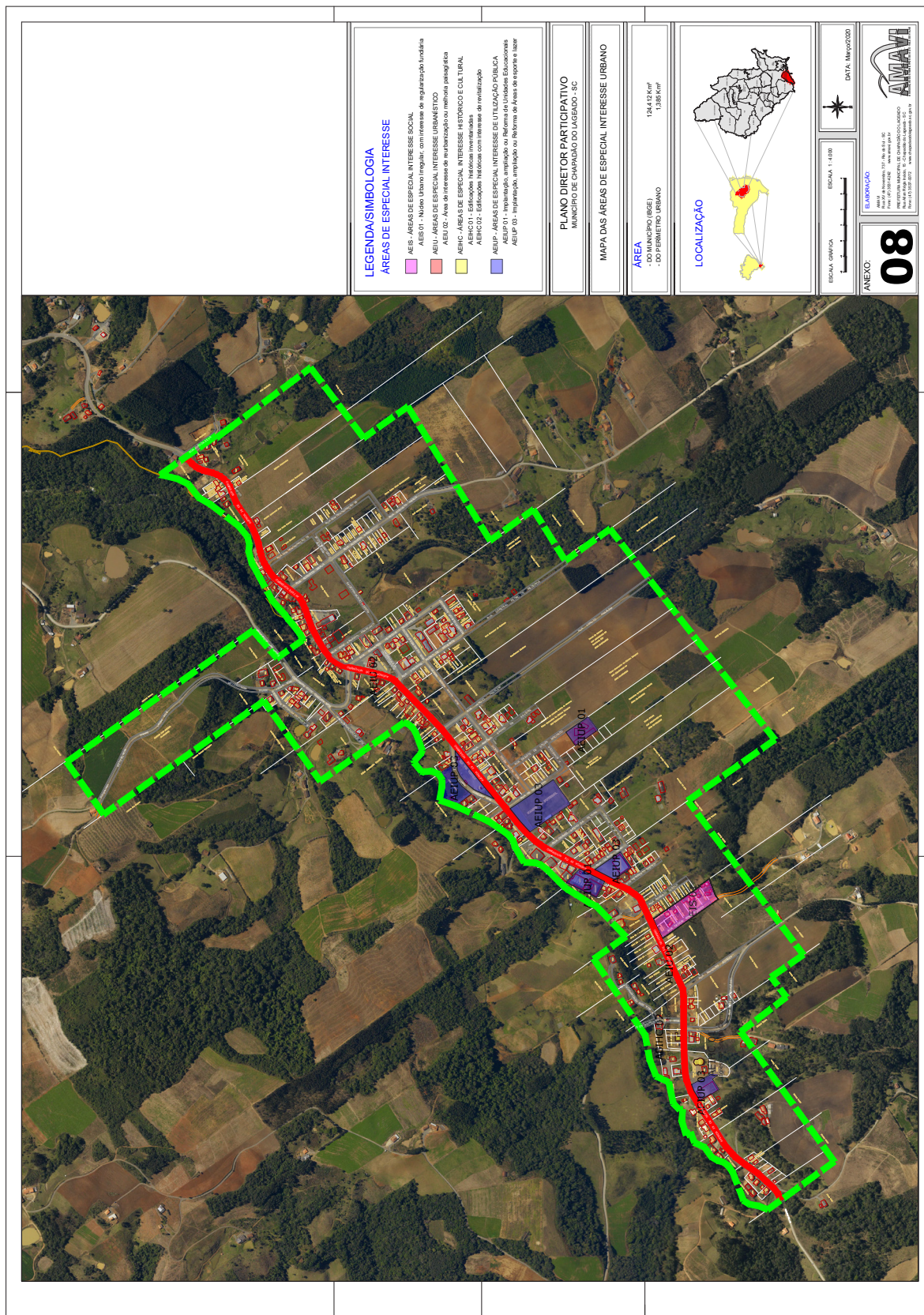




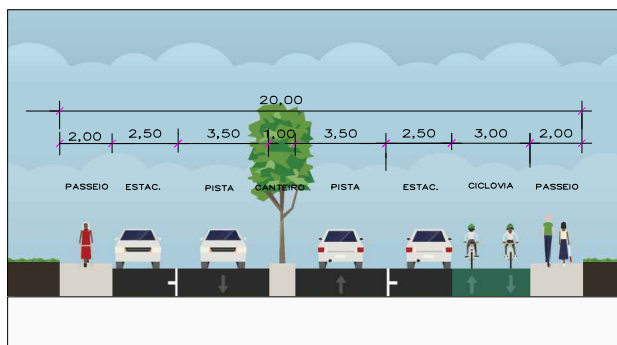
## Publicação Nº 2618784





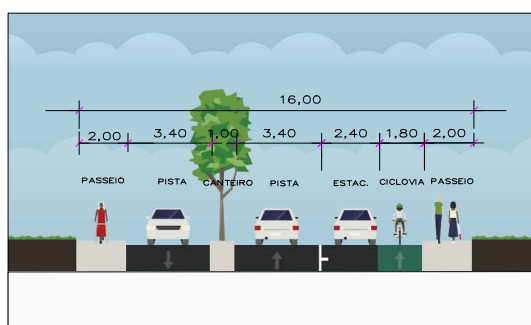


1



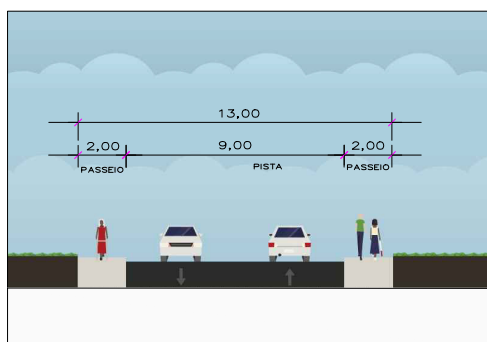
VIAS 20,00 metros

2



VIAS 16,00 metros

3



VIAS 13,00 metros

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

**GABARITO DAS VIAS URBANAS NOVAS**

ANEXO:

**09**

ELABORAÇÃO:



AMAVI  
Rua XV de Novembro, 737 - Rio do Sul - SC  
Fone: (47) 3531-4242 www.amavi.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
Rua Allan Régis Inácio, 15 - Centro - Chapadão do Lageado - SC  
Fone: (47) 3537-0072 www.chapadaodolageado.sc.gov.br

DATA: Março/2020

Sem Escala

ANEXO 10 – DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS E DO GABARITO DAS VIAS EXISTENTES

Nº	LEI	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO (m)			OBSERVAÇÃO
			INÍCIO	FINAL		PASS.D	PISTA	PASS.E	
01	Lei nº 0072/98	<b>Avenida 29 de Novembro</b>	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=644328.5185; Y=6948604.9142)	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=642421.2004; Y=6947077.9229)	<b>ARTERIAL</b>	2,00	12,00	2,00	
02	Lei nº 0337/07	<b>Rua 06 de Agosto</b>	Avenida 29 de Novembro	Rua Sem Denominação 08*	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	*Com projeção de prolong. até a Rua Projetada 01
03	Lei nº 0522/11	<b>Rua 25 de Março</b>	Rua Olávio Grah	Rua Otávio Sativo da Silveira	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
04	Lei nº 0276/05	<b>Rua Allan Régis Inácio</b>	Rua Bernardo Hillesheim	Rua 06 de Agosto	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
05	Lei nº 0250/04	<b>Rua Antônio Júlio Raymundo</b>	Avenida 29 de Novembro	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=643815.7617; Y=6948363.5328)	<b>COLETORA</b>	2,00	9,00	2,00	(Estrada Geral p/Ituporanga)
06	Lei nº 0278/05	<b>Rua Antônio Ramos da Cruz</b>	Avenida 29 de Novembro	contorna a Praça da Fé e termina na Avenida 29 de Novembro	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
07	Lei nº 0279/05	<b>Rua Antônio Sativo da Silveira</b>	Avenida 29 de Novembro	Limite de Propriedade Particular (Coordenadas X=643692.8328; Y=6947707.0838)	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
08	Lei nº 0229/04	<b>Rua Argentino Klettenberg</b>	Rua Geremias Pedro de Medeiros	Rua Bernardo Henrique Hillesheim	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
09	Lei nº 0351/07	<b>Rua Augusto Kraus</b>	Avenida 29 de Novembro	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=644253.0081; Y=6947909.8923)	<b>COLETORA</b>	2,00	9,00	2,00	(Estrada Geral p/Florestal)
10	Lei nº 0130/01	<b>Rua Bernardo Henrique Hillesheim</b>	Avenida 29 de Novembro	Rua Bertolino Pedro Schneider	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	



1

11	Lei nº 0347/07	<b>Rua Bertolino Pedro Schneider</b>	Rua Bernardo Hillesheim	Henrique	Rua Geremias Pedro de Medeiros*	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	* Com projeção de prolongamento até a Rua Venuto Knablen
12	Lei nº 0584/13	<b>Rua Cecilia Korb Scheidt</b>	Avenida 29 de Novembro		Limite de Propriedade Particular* (Coordenadas X=643190.8095; Y=6947261.0714)	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	*Com previsão de prolong. até o limite do perímetro urbano
13	Lei nº 0546/12	<b>Rua Erinete de Souza Machado</b>	Rua Allan Régis Inácio		Limite de Propriedade Particular* (Coordenadas X=643669.8261; Y=6947578.4371)	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	*Com projeção de prolong. até a Rua Projetada 01
14	Lei nº 0178/02	<b>Rua Geremias Pedro de Medeiros</b>	Avenida 29 de Novembro		Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=644060.1306; Y=6947630.2474)	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
15	Lei nº 0588/13	<b>Rua Heriberto Sebold</b>	Avenida 29 de Novembro		Rua Prevista 03	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
16	Lei nº 0371/07	<b>Rua José Ernesto Francisco</b>	Avenida 29 de Novembro		Rua Sem Denominação 05	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
17	Lei nº 0600/13	<b>Rua João da Silva</b>	Avenida 29 de Novembro		Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=644384.2258; Y=6948533.9204)	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	(Acesso a Florestal)
18	Lei nº 0507/11	<b>Rua Manoel Henrique Rodrigues</b>	Rua Professora Maria Montibeller		Limite de Propriedade Particular (Coordenadas X=643642.0759; Y=6948290.6055)	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
19	Lei nº 0509/11	<b>Rua Olavio Grah</b>	Avenida 29 de Novembro		Entroncamento com a Rua 25 de Março*	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	*Com previsão de prolong. até a Rua Prevista 03
20	Lei nº 0277/05	<b>Rua Otavio Sativo da Silveira</b>	Avenida 29 de Novembro		Rua 25 de Março	<b>LOCAL</b>	2,00	9,00	2,00	
21	Lei nº 0556/12	<b>Rua Professora Maria Montibeller</b>	Rua Antônio Júlio Raimundo		Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=643426.9806; Y=6948826.6321)	<b>COLETORA</b>	2,00	9,00	2,00	Estrada Geral p/ Figueiredo
22	Lei nº 0585/13	<b>Rua Rainoldo Scheidt</b>	Avenida 29 de Novembro		Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=643136.8004; Y=6947084.6670)	<b>COLETORA</b>	2,00	9,00	2,00	

1

2

23	Lei nº 0659/16	Rua Roberto Sebold	Avenida 29 de Novembro	Limite de Propriedade Particular (Coordenadas X=643252.0818; Y=6947320.5052)	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
24		Rua Denominação 01	Avenida 29 de Novembro	Rua Rainoldo Scheidt	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
25		Rua Denominação 02	Avenida 29 de Novembro	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=642870.5781; Y=6947443.0395)	COLETORA	2,00	9,00	2,00	Estrada Geral p/ Rio Salinho
26		Rua Denominação 03	Rua Sem Denominação 02	Limite de Propriedade Particular (Coordenadas X=643030.4147; Y=6947510.5769)	LOCAL	2,00	6,00	2,00	
27		Rua Denominação 04	Rua Antônio Júlio Raymundo	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=643584.7038; Y=6948140.4927)	LOCAL	2,00	6,00	2,00	
28		Rua Denominação 05	Rua José Ernesto Francisco	Rua Sem Denominação 06*	LOCAL	2,00	9,00	2,00	*Com previsão de prolong. até a Rua Prevista 05
29		Rua Denominação 06	Avenida 29 de Novembro	Rua Sem Denominação 07	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
30		Rua Denominação 07	Rua Augusto Kraus	Rua Sem Denominação 06	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
31		Rua Denominação 08	Rua Erinete de Souza Machado	Rua 06 de Agosto*	LOCAL	2,00	9,00	2,00	* Com projeção de prolong. até a Rua Otavio Sativo da Silveira
32	Lei nº 0282/05	Rua Venuto Knablen	Avenida 29 de Novembro	Limite do Perímetro Urbano (Coordenadas X=644016.1743; Y=6947417.3759)	LOCAL	2,00	9,00	2,00	

## RUAS PREVISTAS E PROJETADAS

Nº	NOME	INICIO	FINAL	HIERARQUIA	PASS. D	PISTA	PASS.E	OBSERVAÇÃO
33	RUA PREVISTA 01	Avenida 29 de Novembro	Rua Prevista 02	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
34	RUA PREVISTA 02	Rua Rainoldo Scheidt	Rua Cecilia Korb Scheidt	LOCAL	2,00	9,00	2,00	

2

3

35	RUA PREVISTA 03	Rua Roberto Sebold	Previsão Prolongamento da Rua Olávio Grah	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
36	RUA PREVISTA 04	Avenida 29 de Novembro	Previsão Prolongamento da Rua Sem Denominação 05	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
37	RUA PREVISTA 05	Avenida 29 de Novembro	Previsão Prolongamento da Rua Sem Denominação 05	LOCAL	2,00	9,00	2,00	
38	RUA PROJETADA 01	Projeção de prolongamento da Rua 06 de Agosto	Projeção de prolongamento da Rua Erinete de Souza Machado	LOCAL	2,00	9,00	2,00	

3